

Entre a curiosidade e a melancolia. Deambulações pela Goa de Don García

ÂNGELA BARRETO XAVIER *

A Goa e aos territórios circundantes D. Garcia de Figueroa dedica vários capítulos dos seus *Comentarios*, cinco dos quais, todos eles no segundo livro, são descritivos, obedecendo às rotinas literárias em voga na época, enquanto os restantes, no sétimo livro e no oitavo livro, revelam um estilo mais narrativo, e, de certa forma, confessional.

Enquanto balizas da sua estada asiática – D. Garcia atraca em Goa, a 6 de Novembro de 1614 e apenas dez anos mais tarde, a 14 de Abril de 1624, abandona a Ásia, partindo da mesma cidade – estes capítulos constituem-se como uma espécie de antecâmara e de epílogo da mesma, remetendo para o contexto macro da viagem, para um tempo mais longo e para uma escala global, o tempo da união ibérica, das rivalidades anglo-portuguesas e luso-holandesas no Índico, das disputas entre mogóis e safávidas, e de outras potências regionais. Esse tempo político terá sido, simultaneamente, tempo de transformação pessoal, podendo as passagens por Goa ser entendidas, também, enquanto ritos de passagem, momentos iniciáticos para o homem Garcia de Figueiroa: primeiro, a abertura a um mundo cuja alteridade era radical; depois, o término mais ou menos inglório de uma biografia que parecia aspirar a mais.

A chegada a Goa é marcada pela curiosidade típica de um homem que partilhava, ainda, as matrizes eruditas humanistas e as leituras que delas faziam parte, e que se confrontava, pela primeira vez, com as realidades empíricas até então apenas imaginadas. A partida, após a experiência empírica da Ásia, resultado do confronto entre realidade imaginada e realidade percebida e experienciada, tornar-se-ia, ironicamente, o início da mais longa viagem.

Estes recortes servem de guia para as páginas que se seguem, as quais se desdobram, em primeiro lugar, em reflexões sobre as opções textuais de D. Garcia e o modo

* Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

como estas terão condicionado o fluir do texto; para, em seguida, se debruçarem sobre alguns conteúdos e aquilo para o qual estes remetem – aqui apresentados em função da rotação atitudinal que se identifica no embaixador, primeiro mais curioso, a seguir mais melancólico.¹

Escritas paralelas, escritas conectadas

Ao intitular a sua narrativa *Comentarios*, D. Garcia parece querer distanciar-se dos modelos da literatura de viagens cada vez mais na moda, embora em permanente transformação. Todavia, ao fazê-lo não está a aderir ao género escolástico partilhado pela maioria dos académicos da época (de que o *Cursus Collegii Conimbricensis*, com os seus 5 volumes de *Commentarii* a Aristóteles são um caso paradigmático, cuja publicação antecedia em alguns anos a viagem de D. Garcia).² Muito embora tenham sido marcados, certamente, pela arquitectura dialéctica e retórica veiculada em volumes semelhantes aos referidos *Commentarii*, já que em Salamanca, onde estudou, também eram a lógica, a dialéctica e a retórica aristotélicas comentadas pelos professores aquelas que se estudavam nos cursos de Artes,³ os *Comentarios* de D. Garcia remetem, ao invés, para a obra clássica de Júlio César.⁴

Os *Commentarii de bello Gallico*, de César, relatavam as campanhas na Gália, entre 58 e 52 A. C., sendo duplamente interessantes, dada a sua dimensão descritiva (onde eram contemplados alguns aspectos relativos à topografia, à organização social e aos costumes da Britânia, Gália e Germânia) e o inegável protagonismo do seu autor, reiterado na maneira propagandística como a sua liderança e *virtus* é exaltada ao

¹ Para quem estiver interessado numa crónica mais diarística, veja o livro que Carlos Alonso dedicou à embaixada de D. Garcia da Silva y Figueroa: Carlos Alonso, *La embajada a Persia de D. García de Silva y Figueroa (1612-1624)* (Badajoz, 1993).

² A sua publicação inicia-se em 1591, terminando em 1606: *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Jesu in octo libros physicorum Aristotelis Stagyrtae* (Coimbra, 1591); *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Jesu in quattuor libros physicorum Aristotelis de Coelo* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in libros meteorum Aristotelis Stagyrtae* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in libros Aristotelis qui parva naturalia appellantur* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in libros Ethicorum Aristotelis ad Nichomachum aliquot Cursus Conimbricensis disputationes in quibus praecipua quaedam Ethicæ disciplinæ capita continentur* (Coimbra, 1595); *Commentarii etc. in duos libros Aristotelis de generatione et corruptione* (Coimbra, 1595); *Commentarii etc. in tres libros Aristotelis de Anima* (Coimbra, 1592); *Commentarii etc. in universam dialecticam nunc primum* (ed. Veneza, 1606).

³ Sobre este tipo de aprendizagem, veja-se Julia Haig Gaisser, “Teaching Classics at the Renaissance”, *Transactions of the American Philological Society*, 131 (2001), pp. 1-21.

⁴ Importa referir que não é evidente, igualmente, o “género” literário do qual faziam parte os próprios *Commentarii* de César, nem o seu mais óbvio paralelo moderno (ver Vincent J. Cleary, “Caesar’s Commentary: Writings in search of a genre”, *Classical Journal*, 80, 4 [1985], pp. 345-350).

longo do texto.⁵ Com muito sucesso na época moderna, o manual de César (ele próprio retomando tradições de escrita anteriores) serviu de guia para militares que eram simultaneamente humanistas, idolatrando a experiência romana – e os seus chefes – como o modelo a continuar.⁶ Não surpreende, pois, que D. Garcia não tenha conseguido escapar a essa mesma ambição identitária.

É também possível que, para além dos *Commentarii* de César, Figueroa tenha tido ainda em mente Afonso de Albuquerque, o conquistador e estratega do Estado da Índia, responsável pela inclusão de Ormuz nos territórios sob domínio da coroa de Portugal, cujas façanhas tinham sido sintetizadas numa publicação patrocinada pelo filho, Brás de Albuquerque, publicada em meados do século XVI, e significativamente intitulada, também ela, *Commentarios*.⁷ Educado por mestres humanistas, tendo viajado por Itália, quando acompanhou a infanta D. Beatriz à corte de Sabóia, não tenho dúvidas de que Brás de Albuquerque quis estabelecer uma analogia imediata entre as conquistas que o pai fizera no Índico e as conquistas de César na Europa.

Uma inscrição nessa tradição narrativa (e, também, numa tradição experiencial, a do militar de sucesso que regista as suas façanhas) molda, evidentemente, o texto do nosso embaixador. Não cabe aqui, neste pequeno capítulo que tem como objecto as páginas que D. Garcia dedica a Goa, explorar as alusões literárias que vai fazendo ao longo do texto (nomeadamente, na sua passagem pela Pérsia, onde a evocação de Alexandre, Dário, e dos heróis clássicos, era inevitável) que evocam o texto romano, nem conjecturar sobre os seus modos de leitura e recepção dos *Commentarii* cesáreos,⁸ mas lembrar, sobretudo, como a sua geografia imaginada marcou o registo da experiência que D. Garcia procurou legar para o futuro.

⁵ Ver, a esse propósito, Christopher B. Krebs, “Imaginary Geography in Caesar’s Bellum Gallicum”, *American Journal of Philology*, 127, 1 (2006), pp. 111-136; mas também, Brice Erickson, “Falling masts, rising masters: the ethnography of virtue in Caesar account of the Veneti”, *American Journal of Philology*, 123, 4 (2002), pp. 601-622.

⁶ *Commentarii de bello Gallico Lib. I-VII* (Burgos, 1491). A sua recepção no mundo papal foi recentemente analisada por Emily O’Brien, em “Arms and Letters: Julius Caesar, the ‘Commentaries’ of Pope Pius II, and the Politicization of Papal Imagery”, *Renaissance Quarterly*, 62, 4 (2009), pp. 1057-1097. O sucesso desta obra a um nível mais popular é atestado pelo rol de livros que Simão Pacheco, morador no bispado de Lamego, enviou à Inquisição de Coimbra, em 1621, no qual refere ter “hum livro francês que parece tratar das guerras de Cezar” (in Rita Marquilha, “Que todas as pessoas, fação Rol de todos os livros que tiverem... Testemunhos seiscentistas de uma leitura privada em Portugal”, *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, 9 [1997], p. 70).

⁷ Brás de Albuquerque, *Commentarios de Afonso d’Albuquerque capitão geral & governador da Índia, colligidos... das proprias cartas que elle escreuia ao muyto poderoso Rey Dō Manuel* (Lisboa, 1557).

⁸ Ver, a esse propósito, Daniel Wakelin, “Possibilities of Reading: Classical Translations in Parallel Texts, c. 1520-1558”, *Studies in Philology*, 105, 4 (2008), pp. 463-486.

Na verdade, do pouco que se continua a saber sobre a sua biografia, não fica claro se essa ideia lhe terá surgido antes da partida (fazendo parte, nesse sentido, de um projecto de construção de si-mesmo à imagem e semelhança de César, como era típico na época, e a fortuna de textos como as *Vidas Paralelas* de Plutarco, ou até mesmo do *Il Libro del Cortegiano*, de Castiglione, dão conta desse registo simultaneamente imitativo e de vontade de superação do modelo original), se a meio da viagem, ou se, e até, terá sido apenas *a posteriori* que as anotações foram sendo configuradas dessa maneira.

Ou seja, não é evidente se a percepção e a experiência *in loco* foram explicitamente pré-determinadas por esse *template*, ou se ele se apôs ao registo da percepção e da experiência, constituindo como o aparato que permitiu a sua metamorfose em *récit* – ou seja, a imposição de uma ordem de sentido a um conjunto fragmentado de percepções e experiências, no sentido que lhe é atribuído por Paul Ricoeur –, e a sua legitimação enquanto tal. Mesmo que não tivesse lido, até então, os *Commentarii* de César, é bem possível, e tendo em conta a sua participação nas campanhas da Flandres, onde adquirira o posto de capitão, e o ter estado envolvido na resposta aos ataques dos ingleses a Cádiz, em 1596,⁹ que D. Garcia se concebesse a si-mesmo como uma espécie de general da monarquia ibérica em *translatio* oriental – algo que podia entrar em contradição com o perfil de diplomata, cujo objectivo último era, precisamente, evitar a guerra –, capaz de sustentar um império asiático em evidente declínio.¹⁰

Hércules me edificò
Julio César me cercò
Dos muros y torres altas
Y un Rei Santo me ganò
Com Garciperez de Vargas

era uma *quintillana* que se cantava em Sevilha, a propósito dos pais fundadores da cidade, e é muito provável que o embaixador também tivesse bem presente este imaginário clássico tão popularizado na época.¹¹

⁹ Alonso, *La embajada a Persia*, pp. 19-23.

¹⁰ Sobre o estado do império asiático, ver *maxime* Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português, 1500-1700* (Lisboa, 1993); Sanjay Subrahmanyam, *Explorations in Connected Histories* (2 vols., Londres, 2003); e Anthony Disney, *History of Portugal and of the Portuguese Empire* (2 vols., Londres, 2009).

¹¹ Apud G. Kuno, "Francisco Pacheco's Apotheosis of Hercules", *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 27 (1964), pp. 335-337; ver ainda Lorenzo Candelaria, "Hercules and Albrecht Dürer's «Das Meerwunder» in a Chantbook from Renaissance Spain", *Renaissance Quarterly*, 58, 1 (2005), pp. 1-44.

Essa identidade hercúlea permitiria que se diferenciase da multiplicidade dos actores locais, e a sua escrita, da literatura de viagens que estava disponível desde o início de Quinhentos, na maior parte dos casos redigida por pessoas que tinham um estatuto social menos elevado que aquele que ele ostentava.

Encontra-se aí, desde logo, uma outra especificidade desta narrativa, pois estes *Comentarios* constituem os primeiros escritos com essa dimensão e ambição produzidos por um fidalgo da Península Ibérica em itinerância pelo mundo asiático, uma viagem realizada mais ou menos na mesma altura que um outro fidalgo de Castilla la Mancha percorria, já melancólico, por um mundo peninsular em transformação, deixando as suas impressões registadas no incontornável *D. Quijote*.

Não podendo renegar totalmente a longa tradição europeia e ibérica de viagem,¹² estes *Comentarios* assentavam numa *auctoritas* e *gravitas* de que a maior parte dos autores não dispunha. Se é inquestionável que participam do já vasto *corpus* informativo que visava 'iniciar' os que desconheciam o Oriente nos seus segredos naturais e históricos, reiterando dados dos mapas previamente traçados por atlas, catálogos, enciclopédias e outras sínteses já disponíveis, a elas acrescentando, sempre que possível, novidades – plantas e animais exóticos sobre os quais havia, ainda, pouca informação, identificação de ruínas, etc.¹³ – eles também visavam ajudar os restantes decisores do império, oferecendo-lhes um manual político escrito por alguém que se apresentava como dispondo de mais saber e poder do que os actores históricos estabelecidos *in loco*, ou residentes na metrópole. Porque intermediário, enquanto embaixador, as garantias oferecidas pela escrita de D. Garcia eram, na sua própria perspectiva, inquestionáveis. Essa dimensão irrompe frequentemente, quer pelos comentários que faz sobre os "outros", quer pela maneira como lida com as contrariedades, como, e sobretudo, pelo protagonismo que se auto-atribui numa série de situações.

Desde logo porque a autoridade do diplomata constituía-se como algo distinto da *auctoritas* típica da literatura de viagem renascentista, a qual residia, sobretudo, no testemunho visual. A *auctoritas* de D. Garcia combinava aquela com um híbrido da velha autoridade – remetendo para conceitos de autoridade anteriores. Na verdade, o sentido que D. Garcia parece atribuir à sua escrita remete para os entendimentos de *auctor* e *auctoritas* tardo-medievais: *auctor* enquanto o garante de uma verdade que

¹² Da qual fazem parte outros testemunhos ibéricos igualmente notáveis (a *Peregrinação*, se pensarmos na itinerância, e o *Soldado Prático*, se preferirmos o manual político).

¹³ Veja-se, a esse propósito, o recente artigo de Dániel Margócsy, "«Refer to folio and number»: Encyclopedias, the Exchange of Curiosities, and Practices of Identification before Linnaeus", *Journal of the History of Ideas*, 71, 1 (2010), pp. 63-89, e bibliografia aí citada.

anunciava aquele que era mestre de determinado saber, e a *auctoritas* enquanto a garantia de credibilidade da testemunha, complementos da *potestas*.¹⁴

Essas articulações surgem expressas no seu texto de múltiplas maneiras – seja pela evocação do seu estatuto, seja por determinado tipo de observação que marcava a sua diferença. É o caso das observações que faz, com algum detalhe, sobre o calçado dos baneanos e o modo como este era semelhante ao calçado das estátuas do Egipto, Palestina, Grécia e Síria, onde, no século XVII, se já não usava, complementadas por citações de Dicearco de Messina, historiador e geógrafo dos séculos IV e III a.C, autor de uma série de obras das quais apenas restavam fragmentos, a alguns dos quais ele tinha tido acesso.¹⁵ Ou seja, não só a autoridade do autor ficava bem vinculada, como o próprio texto passava a ser, por essa via, um texto autoritativo. Tal autoridade textual era tanto maior quanto maior fosse a acumulação de conhecimento sobre aqueles espaços e gentes, e era em relação a estes que a narrativa se iria posicionar. O que D. Garcia já sabia – as estruturas de conhecimento que dominava e que enquadravam o que viria a conhecer – era o que lhe permitia distinguir o familiar do curioso, não só para si-mesmo, mas também para os seus potenciais leitores. Isso mesmo é claramente expresso pelo autor dos *Comentarios* ao terminar a sua relação sobre os legumes que existiam nos territórios de Goa: “con el vtilissimo, feraçissimo y hermoso arbol de la palma se acabará la relación de las legumbres, plantas y frutas de esta isla, de la qual variamente an escrito muchos, ansi de los españoles que an pasado á las islas occidentales del Nueuo Mundo, como á esta India mayor y menor y oriental Æthiopia”.¹⁶ Era essa capacidade de diferenciação que autorizava o seu olhar e a sua experiência, e até mesmo a inclusão de fábulas, o que já não seria permitido nas narrativas de viagem mais “científicas”, na qual deixaria de haver espaço para esse tipo de exotismos (para se dar lugar a outros, é certo).¹⁷

Já o modo como D. Garcia se expressa em relação aos naturais da Índia – diz ter medo dos “negros”, e utiliza esse vocábulo abundantemente para definir, no geral, os indianos, explicando que esse medo “avia en toda mi familia”¹⁸ – é sintomático da crença numa assimetria “civilizacional” de partida, em função da qual se percebe, se experiencia, se regista, e se atribui sentido à experiência. Essa crença manifesta-se

noutros lugares do texto, quer a propósito da pouca indústria que estes manifestavam no cultivo da terra, ou – e registe-se este *topos* tipicamente orientalista – quer à sua pouca capacidade para organizar o trabalho. No capítulo terceiro do segundo livro contempla, durante algum tempo, o trabalho dos ourives da cidade de Goa, aos quais dedica algumas reflexões. Começa as suas observações com a constatação de que estes não tinham a “inuentiua de los offiçiales de Europa”, utilizando, ao contrário daqueles, muito menos ferramentas, e recorrendo a práticas mais artesanais:

Y si como estos offiçiales labran com facilidad y poca costa, tuuieran asistencia al trabaxo y con la continuacion que otras naciones, fueran muy caudalosos y prosperos en su ganancia, pero generalmente com çierta flaqueza y poca consistencia natural, tienen poco vigor en todas sus açiones.¹⁹

O mesmo desdém manifesta-se em relação aos portugueses. No capítulo segundo do livro segundo, e a propósito daquilo que, no seu entender, era um mau-aproveitamento dos solos de Goa, não se coíbe de dizer que a “la uana presunçion, aunque en gente baxissima de los que vienen de Portugal” impedia que a agricultura fosse praticada e que fosse quase nenhuma a “indústria” aplicada ao cultivo.²⁰ Nesse sentido, D. Garcia incarna plenamente os mecanismos de distinção identificados por Pierre Bourdieu. Por um lado, o modo como se expõe, como expõe o seu corpo, a centralidade que se atribui na relação com o mundo, exprime o sentido do seu valor social. Por outro, a sua inscrição social estrutura o seu princípio de visão e de divisão (a hierarquia entre sociedades europeias e asiáticas, mas também, como se verá, entre espanhóis e portugueses).²¹

São estas as primeiras características formais dos *Comentarios* que convém assinalar. Por um lado, a inevitável disjunção entre experiência e representação. Por outro, o formato que essa disjunção assume, marcada como é pela *auctoritas* do embaixador, o que distancia a sua narrativa dos modelos de literatura de viagens tradicionalmente propostos – a viagem tipo peregrinação, cujo objectivo era uma busca espiritual, a viagem aberta, sem um fim e um final pré-definidos, e os sub-tipos que, a partir daí, podiam ser declinados²² – aproximando-a da diarística auto-biográfica dos políticos, oscilando, ainda assim, entre estes diversos géneros de literatura. À disjun-

¹⁴ Jan Ziolkowski, “Cultures of Authority in the Long Twelfth Century”, *Journal of English and German Philology*, 108, 4 (2009), pp. 425 e sgs.

¹⁵ *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España don Felipe III hizo al Rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, p. 185.

¹⁶ *Comentarios*, vol. I, p. 157.

¹⁷ Jaś Elsner & Joan-Pau Rubiés (eds.), *Visions and Voyages: Towards a Cultural History of Travel* (Londres, 1999), p. 4.

¹⁸ *Comentarios*, vol. I, p. 147.

¹⁹ *Comentarios*, vol. I, pp. 177-178.

²⁰ *Comentarios*, vol. I, pp. 156-157.

²¹ Pierre Bourdieu, *La Distinction: Pour un esquisse de la critique du jugement* (Paris, 1978), pp. 549 e 552.

²² Para uma visão de síntese sobre esta, veja-se Elsner & Rubiés, “Introduction”, *Visions and Voyages*, pp. 1-56, e Peter Hulme & Tim Young (eds.), “Introduction”, *The Cambridge Companion to Travel Writing*, ed. Peter Hulme & Tim Young (Cambridge, 2002), pp. 1-13. Um bom *review article* com mais reflexos sobre o tema encontra-se em M.G. Aune, “Early-Modern Travel Writing after Orientalism”, *Journal of Early-Modern Cultural Studies*, 5, 2 (2005), pp. 120-138.

ção entre experiência e representação, e às características que ela adquiriu na narrativa de D. Garcia, acrescenta-se a variação estilística que se pode identificar entre os primeiros dois livros e os demais.

É que à semelhança de César, nos seus *Comentários* D. Garcia apresenta-se, na maior parte do texto, na 3ª pessoa do singular, mas não recorre a esse dispositivo nos registos relativos à sua primeira estada em Goa. A certa altura escreve – “estando eu para me sentar à mesa, numa noite, em Goa [...]” –, acrescentando mais adiante – “Não deixarei de relatar aqui que logo depois de ter chegado à Índia[...]” –, ou – “E para certificar-me de que isto era assim [...]”. O modo altera-se depois de abandonar o continente indiano, auto-designando-se como embaixador – “esta relação achou o Embaixador em Xiras” –, ou – “achando-se o Embaixador cansado [...]”.²³

O que é que explica essa variação estilística? Serão as anotações feitas durante a sua primeira estada em Goa as únicas verdadeiramente autógrafas? Ou, e ao invés, não teve tempo de regressar a elas, de modo a alterar o nominativo, substituindo-o pela terceira pessoa, “o embaixador”? Ou terá lido os *Commentarii* de César – ou ter-lhe-ão falado deles – apenas em Goa, e foi a partir daí que começou a escrever-se na terceira pessoa? Em que medida é que esta variação se articula com a transição do modelo adoptado até a primeira estada em Goa (os primeiros dois livros), o qual se aproxima mais do registo do viajante e naturalista clássico, para o que organiza as restantes partes, mais próximo, em muitos aspectos, dos *Commentarii*?

Se essas matrizes mais ou menos visíveis organizam o texto, algumas anotações nele colocadas por D. Garcia permitem-nos entrar por outros contextos que se cruzam com a sua escrita. Por exemplo, fica-se a saber que até 9 de Junho de 1615 – primeira parte do seu período goês –, D. Garcia também estivera concentrado na redacção da *Hispanicae Historiae Breviarium*,²⁴ síntese da história de Espanha, tão ao gosto da época, a qual apenas seria publicada em 1628, em Lisboa. O livro disponibiliza uma história da Península Ibérica (e, concretamente, dos territórios “espanhóis”) até 1492, ano da viagem de Colombo, e é provável que a sua escrita se tenha desenvolvido durante a viagem de barco, acabando por ser finalizada em Goa. Oferecido a Vicente Nogueira, que lhe dera livros da sua própria biblioteca, o pequeno *Breviarum* é muito esclarecedor nas páginas iniciais em relação a algumas das refe-

²³ *Comentarios*, vol. I, pp. 146-148, 371 e 390.

²⁴ *Hispanicae Historiae Breviarium: ad illustrem, et generosum D. Don Vincentium Noguérarm R. Pp. utriusque Signature Referendarium, Sacrarum Majestatum Caesareae & Catholicae Consiliarium, Leopoldi Austriae Archiducis Cubicularium / autore illustrissimo, et generosissimo D. Don Garcia de Silva, & Figueróa Philippi III Hispaniarum Monarchae Consiliario, eiusque ad Xaà Abbàs Persarum Regem Legato; ex Bibliotheca Noguérica nunc primum edit Antonius Furtado de Rocha presbyter, eidem D. Don Vicentio a sacris; Philosophus, & sacrae Theologiae initiatus; in Collegiali S. Petri Ponta-delgadensis Ecclesia, Philippi Regis IIII nominatione, designatus beneficiarius* (Lisboa, 1628).

rências intelectuais do diplomata: Salústio, Lívio – que narrara as campanhas de César –, mas também Tácito – um dos narradores das razões do declínio do império romano –, este último cada vez mais uma “autoridade” para os novos escritores de história.²⁵ Constitui, por isso mesmo, mais um fio de leitura que dá acesso aos próprios *Comentarios*, pois revela mais um aspecto da biografia intelectual do seu autor, imerso em saberes históricos e geográficos e na extroversão da sua relação com os mesmos.

Não se sabe se foi só depois da conclusão deste livro que D. Garcia começou a redigir, a partir das notas que foi acumulando, as partes relativas a Goa, mas é certo que estas notas foram sendo revisitadas ao longo do tempo, como se pode concluir a partir das referências que faz, no capítulo primeiro do livro segundo, a eventos que ocorreram entre 1615 e 1620. O segundo livro terá sido terminado a 9 de Janeiro de 1617, mas, como se pode notar das referências a episódios ocorridos em 1620, também ele terá sofrido intervenções por essa altura.²⁶

A estas considerações formais importa acrescentar um olhar iconológico, o qual permite vislumbrar nele categorias culturais mais latas, associadas ao período e às geografias das quais D. Garcia era oriundo.²⁷

Por um lado, a curiosidade, ou, como lhe chama Krzysztof Pomian, as “culturas da curiosidade”, tipicamente quinhentistas, reveladas no inquérito ao mundo natural, no escrutínio sistemático de alguns objectos, no seu caso, e sobretudo, animais, a revelação do escondido, a admiração pela natureza, a resposta emocional e cognitiva à experiência da diferença.²⁸ Curiosidade que também se expressava materialmente na colecção e exposição de curiosidades, nas *Wunderkammern*, nos *Cabinets de Curiosités* (e é relevante lembrar, aqui, que D. Garcia foi acumulando curiosidades, desde animais monstruosos empalhados, a outras recordações “curiosas”, ao longo da viagem), nas galerias de mapas, todos eles lugares de reconhecimento dessas dinâmicas de captura e conquista do mundo.

²⁵ Para além dos livros de Anthony Grafton, *Defenders of the Text: The Traditions of Scholarship in the Age of Science, 1450-1800* (Cambridge, MA, 1991), e *What Was History? The Art of History in Early Modern Europe* (Cambridge, 2006), veja-se, também, Zachary Sayre Schiffman, “Renaissance Historicism Reconsidered”, *History and Theory*, 24, 2 (1985), pp. 170-182; Zachary Sayre Schiffman, “An anatomy of the Historical Revolution in Renaissance France”, *Renaissance Quarterly*, 42, 3 (1989), pp. 507-533; Jacob Soll, “Amelot de La Houssaye (1634-1706) Annotates Tacitus”, *Journal of the History of Ideas*, 61, 2 (2000), pp. 167-187; Jacob Soll, “Empirical History and the Transformation of Political Criticism in France from Bodin to Bayle”, *Journal of the History of Ideas*, 64, 2 (2003), pp. 297-316.

²⁶ *Comentarios*, vol. I, pp. 132, 157 e 218.

²⁷ Olhar inspirado na metodologia desenvolvida por Erwin Panofski, *Estudos de Iconologia* (Lisboa, 1995).

²⁸ R. J. W. Evans & Alexander Marr (eds.), *Curiosity and Wonder from the Renaissance to the Enlightenment* (Aldershot, 2006).

Os sentidos que lhe eram atribuídos na época são menos positivos do que os que lhe são atribuídos pelos intérpretes actuais daquelas práticas de curiosidade, de tais culturas da curiosidade. A *Nova Iconologia* de Cesare Ripa, de 1603, e o *Vocabulário* de Bluteau, cuja publicação se inicia em 1712 oferecem-nos boas balizas para esse universo de sentidos do qual D. Garcia devia participar, dificilmente qualificando-se a ele próprio, por isso mesmo, como curioso.

Associando-a à figura do viajante, do descobridor, do cientista, na *Nova Iconologia* (1603), o católico Ripa sintetiza a “curiosidade” como “o desejo sem freio daqueles que querem saber mais do que devem”.²⁹ Os olhos grandes significavam o homem curioso, as mãos altas, a vontade de saber, bem como as asas e os cabelos longos – demonstrativos do pensamento vivo. Ripa escreve o seu tratado mais de um século tinha passado sobre as viagens inaugurais de Cristóvão Colombo e de Vasco da Gama e o impacto que estas tinham tido no formato da literatura de viagens, até então claramente dominado pelos modelos que o *Livro de Marco Polo* e as *Viagens* de Jean de Mandeville representavam.³⁰ Em todo o caso, a sua *Iconologia*, uma magnífica enciclopédia visual do senso comum dominante no mundo católico da época, denota, ainda, uma certa aversão a esse “desejo sem freio” antecipador da libertinagem, à novidade que o exercício da curiosidade podia comportar. No *Vocabulário* de Bluteau, de cerca de um século mais tarde, é o mesmo sentido que continua a predominar. A curiosidade é ainda definida como “desordenado desejo de ver, saber cousas novas, ou que nem são úteis ou necessárias”, apesar de se acrescentar a esta definição uma outra, mais ambígua – “aplicação dos que investigação cousas occultas”. Se a curiosidade era ambígua, o curioso era, para Bluteau, um discípulo do demónio, o mestre dos grandes perguntadores.³¹

Apesar da distância entre esse universo de significados e a projecção optimista, actual, que sobre ele se faz, creio ser justo poder considerar D. Garcia – contra si mesmo – como um curioso. Por manifestar, na sua escrita, essa vontade de saber, o tal “desejo sem freio” (com algum freio, pois há momentos em que alguns limites morais se interpõem a esse desejo), de “saber cousas novas”, muitas das quais nem eram úteis nem necessárias.

O olhar com que se debruça sobre Goa, ao longo do segundo livro, na primeira parte da sua estada asiática, é, definitivamente, um olhar curioso. Esse olhar curioso transforma-se posteriormente, e no meu entendimento, em olhar melancólico.

²⁹ Cesare Ripa, *Iconologia* (Milão, 1986 [1603]), pp. 86-86. Cf. Figura 14.

³⁰ Hulme & Young, “Introduction”, pp. 3 e sgs.

³¹ Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico [...]* (10 vols., Coimbra, 1712-1728), vol. II, p. 642.

A melancolia é associada por muitos ao sentimento de perda, ao *Paradise lost* do século XVII. Emblematizada pelo *Hamlet* de Shakespeare (c. 1600), pelo *Quijote* de Cervantes (1605-1615), e pelo tratado de Robert Burton, *The Anatomy of Melancholy* (1621), sintomaticamente publicados na época das andanças de D. Garcia, remete para sentimentos de inquietação, perda e de impotência, talvez anunciando aquilo que há muito tempo Paul Hazard brilhantemente definiu como *A Crise da Consciência Europeia*.³²

Recorde-se que em relação à “melancolia”, Ripa fixou-a com ar desalentado, cansado, as mãos segurando o rosto, o cabelo preso, sem fulgor, referindo o efeito que ela tinha sobre o homem, fazendo-lhe o mesmo que o inverno às folhas das árvores, desanimado, e sem expectativas futuras.³³ Numa das centenas de páginas que lhe dedicou, Robert Burton escreveria que a melancolia era o “carácter da mortalidade”, explicando extensivamente os tipos de melancolia (transitória ou habitual), as suas causas (entre as quais a idade era central, mas também a dieta, o mau ar, a solidão forçada, as paixões da mente, entre as quais a força da imaginação, a tristeza e o medo).³⁴ Enquanto Bluteau lhe dedica – à melancolia e ao melancólico – mais de duas páginas do seu *Vocabulário*, nas quais explica que a melancolia se dividia em quatro tipos – natural, não-natural, doença e tristeza, sendo o último estado aquele que aqui interessa relevar: “Tristeza que de ordinário lhe procede do humor melancólico. Para os que tem este humor, tudo são sementeiras de penas. Tudo o que eles vem, os molesta”. Adiante, acrescenta: “Tem alguns para si, que a melancolia é filha do Demónio”.³⁵

Sem utilizar a expressão, no sétimo e no oitavo livro o embaixador parece revelar uma inclinação cada vez mais melancólica: na escolha dos temas – epidemia, fogos, guerras, cercos –, no modo como interpreta os comportamentos dos outros.³⁶ “Tudo são sementeiras de penas [...]” – parece ser essa a moral da epopeia vivida por D. Garcia. Mais parecido com Miguel de Cervantes do que com Linschoten, Pyrard de Laval ou Pietro della Valle, o Figueroa do fim de viagem está mais próximo de um Quijote oriental do que do César gaulês, experienciando as décadas que correspondem à ‘decadência do império da pimenta’, de que a perda de Ormuz, que não conseguiu evitar, viria a constituir um momento emblemático.

Esta transição – de ordem introspectiva, experiencial – constitui uma terceira disjunção que se pode identificar no texto, emblematizada nessa passagem (bastante evi-

³² Paul Hazard, *A Crise da Consciência Europeia (1680-1715)* (Lisboa, 1948).

³³ Ripa, *Iconologia*, pp. 261-262. Cf. Figura 15.

³⁴ Robert Burton, *The Anatomy of Melancholy* (Nova Iorque, 2001 [1621]).

³⁵ Bluteau, *Vocabulário*, vol. V, pp. 403-404.

³⁶ Jeremy Schmidt, *Melancholy and the care of the soul: Religion, moral philosophy and madness in early modern England* (Aldershot, 2007).

dente no tom do discurso) da curiosidade à melancolia, resultante do desencantamento relativamente à situação asiática.

Numa parte do mundo que convidava à curiosidade

Quando arriba em Goa, em Novembro de 1614 – pouco antes de Sir Thomas Roe, embaixador inglês à corte mogol, ter chegado à Índia, reportando a sua estada até 1619 em dois volumes que também não seriam publicados em vida³⁷ –, D. Garcia terá visto algo entre isto (e não resisto a evocar as belíssimas imagens do *Roteiro de Lisboa a Goa* de D. João de Castro [cf. Figura 16] e do *Livro do Estado da Índia Oriental* de Pedro Barreto Resende [cf. Figura 17]) e isto – a *veduta* de Linschoten, vista, revista e disseminada por toda a Europa da época (cf. Figura 18).

O seu registo obedece, contudo, aos cânones da época, explicitando, no capítulo que dedica à descrição da ilha e da cidade, a localização geográfica, a latitude, o singular da topografia:

La isla de Goa, que de los gentiles del Oriente a sido sienpre estimada y reverenciada como cosa sagrada y religiosa, está situada en la costa da Canara, de la tierra firme del Indostan, en un grande golpho ó ensenada que el mar haze de Sudueste á Nordeste, de largura poco mas de tres leguas, que es poco menos de lo que la isla corre por este rumbo. [...] teniendo á la parte derecha, como se descubre del mar la peninsula de Salsete y fortaleza de Rachol, y á la izquierda la tierra y aldeas de Bardes, con la fortaleza del Aguada, que son las puntas y extremidades de la continente que abraça y recibe en sí este golpho.³⁸

Ao entrar na cidade, depararia com a segunda catedral de Santa Catarina em reconstrução (o corpo da sé seria terminado em 1620, dando-se início, nessa altura, à capela-mor e sacristia), edifício que simbolizava o poder da coroa, e que se pretendia rival da Basílica do Bom Jesus (terminada e sagrada em 1605), do convento de N^a Sr^a da Graça (terminado no início do século XVII, em data imprecisa), e da igreja de São Francisco.

A topografia da cidade era claramente marcada pelos seus edifícios religiosos (23, em 1635, segundo as contagens de Bocarro), e essa geografia sagrada não passou despercebida a nenhum dos que por ela deambulavam, e D. Garcia não foi excepção, acolhendo-se, de imediato, entre frades.³⁹

³⁷ William H. Sherman, “Stirrings and searchings (1500-1720)”, in *The Cambridge Companion to Travel Writing*, p. 30.

³⁸ *Comentarios*, vol. I, p. 127.

³⁹ *Comentarios*, vol. I, p. 146.

Para trás deixara as paisagens que conhecia da Europa e, mais em particular, as completamente diferentes paisagens de Zafra, na região de Badajoz, de onde era originário, cidade onde exerceu boa parte da sua vida profissional e que fora, também ela, sujeita a campanhas de dignificação arquitectónica.

Nos anos que permaneceu na Ásia, tanto as paisagens de Zafra como, a um nível macro, as paisagens culturais da Europa, iriam alterar-se.

Kepler e Galileu Galilei alternavam-se na publicação dos tratados sobre astronomia que transformaram decisivamente o modo de conceber a relação do homem com o universo e com a natureza, ao arrepio da igreja de Roma que reiterara a condenação da teoria de Copérnico, queimando Giordano Bruno, primeiro, e perseguindo Galileu, depois. Figueroa ainda está na Ásia quando Francis Bacon publica o *Novum Organum* (1620) que pretendia destronar a filosofia peripatética que aprendera em Salamanca, onde estudara. Na literatura, e um ano depois de ter publicado a segunda parte das aventuras do seu *D. Quijote*, Cervantes morria (1616), no mesmo ano em que Francisco Rodrigues Lobo veria publicada a sua *Corte na aldeia*, tratado que descrevia a corte dos duques de Bragança, no reino de Portugal, mas que certamente teria algum eco, também, nos condados do outro lado da fronteira, vizinhos da cidade onde Figueroa nascera. Nas artes, a influência de Caravaggio (morto em 1610) fazia-se sentir em boa parte dos pintores posteriores – como o espanhol José de Ribera –, quer no realismo da representação, quer nas opções pelo *chiaroscuro*. Os Carracci continuavam a explorar a via clássica, Rubens já deixara a Itália onde aprendera o modo italiano, visitando em seguida a corte francesa, El Greco morreria (1614), e Bernini criaria *Apollo e Daphne* (1621-1622), enquanto Velazquez pintava o seu primeiro retrato de Filipe IV (1623), já depois do famoso *Aguadeiro de Sevilha* (1619), um tipo social que D. Garcia terá também visto em Zafra. Na música, depois do *Orfeo* de Monteverdi (1607), a ópera dava os primeiros passos. Em Lisboa, era editada uma das obras de literatura de viagem mais expressivas do período anterior – a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto –, e em Goa morria um dos construtores da memória imperial – Diogo do Couto, à época guarda-mor da Torre do Tombo, incumbido de terminar a *Ásia* de João de Barros.

Ao mesmo tempo, e aparentemente ao arrepio das criações científicas e artísticas, a Europa aproximava-se do conflito político-militar e religioso que mais a iria dilacerar naquele século, e cuja conclusão inauguraria uma nova ordem europeia: o longo evento que veio a ser conhecido como guerra dos 30 anos, cujo momento fundador seria a defenestração de Praga, em 1618. Um ano mais tarde, em 1619, partiria Filipe III de Castela, o rei de D. Garcia, para o reino de Portugal, entrando em Lisboa em 1620, numas cerimónias que iriam marcar a cidade, esperançosa de que o rei se persuadiria a elegê-la como capital da monarquia dual. Doente, o monarca morreria no regresso a Madrid, já em 1621. Nesse mesmo ano, Rui Freire de Andrade escre-

via a esse rei moribundo uma missiva que seria recebida pelo seu sucessor, Filipe IV, sobre a necessidade de socorrer a Índia, argumentando que também esta estava moribunda, à mercê ou do céu ou do islão, à qual se sucederiam cartas e consultas nas quais se expunha o estado das coisas, recorrendo, com frequência, à expressão “miséria”.⁴⁰ E pouco antes do desastre de Ormuz, no ano seguinte, Constantino de Sá dava conta dos ataques ingleses, e sobre a necessidade de uma armada, ainda nesse ano, porque, segundo Sá, o inimigo ainda estava “mal fortificado”,⁴¹ num tom que, *a posteriori*, e sabendo-se o que aconteceu – e como os holandeses e ingleses também disputavam aqueles mares –, parece inverosímil.

Quando Figueroa abandona a Ásia, os cenários geopolíticos tinham-se alterado para pior, do ponto de vista dos interesses ibéricos. Amboíno fora tomado pelos ingleses, Cochim atacado, os portugueses tinham sido expulsos do Japão, a trégua com os Países Baixos terminara, e com ela os ataques holandeses às posições portuguesas ressurgiriam com grande força. Em 1622, era Ormuz que se perdia, e em 1623, Goa seria sitiada.

Esse Estado da Índia em visível retracção que D. Garcia conheceu fora governado, durante a sua primeira estada, pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo (1612-1617), durante a sua viagem até à corte persa pelos governadores D. João Coutinho (1617-1619) e D. Fernão de Albuquerque (1619-1622), cruzando-se ainda com D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira (1622-1628). Nenhum destes homens é referido de forma positiva nas páginas que dedica a Goa.

Apesar de António Bocarro dizer que D. Garcia cumpria os requisitos necessários para ser enviado ao Shah da Pérsia – era aparentado com os grandes de Hespanha, tinha um bom juízo e era de subtil entendimento, conhecia o latim e o italiano⁴² –, a verdade é que a sua chegada a Goa não foi aclamada. Já a sua nomeação contara com a oposição manifestada pelo conde da Vidigueira, cujo irmão, D. Luís da Gama – com quem se iria encontrar em Abril de 1617 –, era capitão de Ormuz!⁴³ Ainda antes desse encontro o diplomata escreveria ao vice-rei, aconselhando-o sobre o que devia fazer em Ormuz; e uma das coisas essenciais era, na sua perspectiva, mandar

regressar D. Luís da Gama, que era malquisto.⁴⁴ Na mesma altura, faziam-se sentir as tensões institucionais geradas pela criação do Conselho da Índia, em 1604 (que seria dissolvido em 1614), e a sua embaixada participa dessas alterações: mais ou menos pela altura em que D. Garcia saía para a Índia, em Lisboa os negócios ultramarinos voltavam a ser decididos nas antigas instâncias – Conselho de Portugal, Conselho de Estado, Conselho da Fazenda, Mesa da Consciência e Ordens.⁴⁵

Às dificuldades políticas acresciam as dificuldades religiosas. O Índico, o Pacífico, a Ásia em geral, estavam sob a mira de Roma e da Sacra Congregazione della Propaganda Fide, fundada em 1622, ciosas de recuperar parte das atribuições jurisdicionais que tinham sido concedidas pelo Papado às monarquias ibéricas. Assim sendo, o relacionamento entre aquele e os Padroados destas tornara-se mais e mais controverso. É neste contexto que surgem várias relações nas quais se providencia uma descrição da situação religiosa nos impérios ibéricos bastante sombria, alertando para os interesses e jogos dos eclesiásticos, nomeadamente ao nível dos contratos e da mercancia, defendendo, ao mesmo tempo, a abertura ao “clero indígena”, o fim da dispensa paroquial de que gozavam os regulares, enfim, temas que geraram muita controvérsia no Estado da Índia.⁴⁶ O ataque ao Padroado, e a ideia de que o espaço imperial devia abrir-se aos estrangeiros e ao clero indígena acontece na mesma altura em que se verificava, ao invés, uma política de fechamento das fronteiras a estrangeiros. O mal-estar causado pela escolha de D. Garcia terá participado, também, desse ambiente.⁴⁷ Contrariando a política de abertura que caracterizara o mun-

⁴⁴ Bocarro, *Década 13*, vol. II, pp. 490-491.

⁴⁵ *Documentos Remettidos da Índia ou Livros das Monções*, ed. R.A. Bulhão Pato & António da Silva Rego (7 vols., Lisboa, 1880-1975), vol. III, CR a Jerónimo de Azevedo, 31 de Janeiro de 1615, pp. 180-181.

⁴⁶ Caso das *Advertencias Muy importantes Acerca del gobierno ecclesiastico delas indias y mundonuevo en que se da relacion de los utiles e inconvenientes mas notables que se ofrecen; y los medios con que se ha de conservar los unos y remedios, los otros, por orden y disposicion de la silla apostólica*, Archivo Storico de Propaganda Fide (Roma), Scritture Originali, n° 189, ff. 107-121v. O mesmo tom desencantado encontra-se na *Relatione delle missione fatti per l'Asia, Africa, e Brasil, con l'occasione dell'Armata di Spagna che parte l'anno 1623 di Marzo*, relatório no qual se dá conta de que as conversões estavam em declínio, e isso resultava de os portugueses seculares terem pouco temor dos indianos, a quem tratavam cruelmente em vez de visarem a sua conversão. Mas também por muitos regulares darem escândalo, com o exemplo, com as palavras e com a dissimulação dos pecados dos portugueses. O remédio, segundo o seu autor, era substituir os religiosos maus (os portugueses) pelos bons (não portugueses), já que os primeiros rapidamente se envolviam em negócios e mercadorias (Archivo Storico de Propaganda Fide [Roma], Scritture Originali, n° 131, ff. 414-417).

⁴⁷ É certo que a expressão “estrangeiro” era polissémica, nela cabendo desde ingleses e holandeses, arábios e hebreus, enfim, mercadores de grande cabedal e de negócios “transnacionais”, até aos mercadores mesquinhos das regiões vizinhas, que iam à cidade de Goa vender os produtos de produção local, e é provavelmente por isso que as normas parecem ser contraditórias, até porque em Fevereiro de 1623, numa reunião do conselho de estado advertia-se para o facto de haver várias pessoas, na cidade de Goa, que trabalhavam para os holandeses.

⁴⁰ “Carta de Rui Freire de Andrade para elRei sobre a necessidade de socorrer a Índia”, 12 de Fevereiro de 1621 (Filmoteca Ultramarina, Coleção Egerton [British Library], Ms. n° 1131, pp. 274-275); “Consulta de Mendo da Mota” (pp. 308-312); e uma sucessão de cartas nas quais se expõe a situação de ruína e quase perda da Índia (pp. 413-421; pp. 469-474) e com propostas de soluções e resoluções (pp. 484-485, pp. 540 e sgs.).

⁴¹ Carta de Constantino de Sá ao Rei, 28 de Maio de 1622, in *Assentos do Conselho do Estado*, ed. Panduronga S. S. Pissurlencar (5 vols., Goa, 1953-1957), vol. I, p. 136.

⁴² António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, ed. José Rodrigo de Lima Felner (2 vols., Lisboa, 1876), vol. I, cap. 84.

⁴³ Alonso, *La embajada a Persia*, pp. 19-21, e p. 51, n. 1.

do quinhentista, agora o rei dizia explicitamente que era “de grande prejuizo a meu serviço e bem commum a gente estrangeira e da nação hebrêa que n'essas partes reside, e que devo mandar que infallivelmente se saiam d'ellas todos”. Segundo o monarca, a decadência do comércio devia-se, em boa medida, ao facto de estrangeiros e judeus não originários da Península Ibérica se terem imiscuído nos negócios, “por usarem de seus tratos e mercancias indevidamente e contra meu serviço, bem de minha fazenda e de meus vassallos”, “por mandarem á terra firme atravessar toda a pedraria, para por sua mão sómente correr, fazerem estanque della, e a venderem pello preço que lhe puzerem”.⁴⁸

* * * * *

É tempo de regressar à Goa que D. Garcia começara a experienciar, através do registo que dela deixa nos *Comentarios*, até partir, pela primeira vez, da cidade. Uma estada muito mais longa do que à partida desejara, em parte devido à dificuldade em receber os emolumentos que o rei lhe concedera (nomedamente nas rendas da alfândega de Ormuz), mas também, segundo as suas próprias palavras, por não ter ainda chegado o momento mais propício para o fazer. Mesmo quando recebe ordens, vindas de Madrid, para que partia imediatamente para Ormuz, e daí para Isfahan, recusa-se a fazê-lo antes de receber o dinheiro que lhe fora prometido.⁴⁹

É claro que durante esta primeira estada, ocupa parte do seu tempo em missões de “reconhecimento do território”. Na maior parte dos casos, o seu registo não acrescenta muito ao que já se sabe sobre a vida daquele território, quer através da documentação existente, quer a partir de relatos produzidos por outros viajantes, como Jan Hugues van Linschoten e Pyard de Laval, no período imediatamente anterior, e Pietro della Valle para o período a seguir.⁵⁰ Uma das razões que pode explicar esse olhar menos fascinado e menos fascinante é o facto de provavelmente D. Garcia já saber demasiadas coisas sobre aqueles lugares (a acumulação de informação, desde os inícios do século XVI, marcada pela rotina da presença imperial portuguesa, era significativamente maior do que aquela de que se dispunha sobre os restantes territórios nos quais viajou) e já saber que os seus leitores também o sabiam. Ou seja, era mais difícil cativar o público leitor informado sobre um território que já tinha sido objecto de várias descrições desde os inícios do século XVI, tornando-se, a seu modo, demasiado “familiar”. Por seu turno, o próprio processo de ocidentalização

⁴⁸ *Documentos Remetidos da Índia*, vol. III, CR a Jerónimo de Azevedo, 18 de Janeiro de 1614, p. 7 (refere a existência de cartas anteriores 13 de Março de 1605, 24 de Fevereiro de 1612); vol. III, CR a Jerónimo de Azevedo, 18 de Março de 1615, p. 318; vol. III, Alvará, 16 de Março de 1616, pp. 495-496

⁴⁹ Bocarro, *Década 13*, pp. 668-670.

⁵⁰ Jan Huygen van Linschoten, *Navigatio ac Itinerarium Johannis Hugonis Linscotani[...]* (Hague-Comitis [Haia], 1599) (versão portuguesa: *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, ed. Arie Pos & Rui Manuel Loureiro [Lisboa, 1997]).

desse território tornava-o, de certa forma, menos interessante, porque menos exótico. Um autor tinha tanto mais sucesso, quanto maiores fossem as “novidades” que trouxesse sobre um determinado lugar, coisas inesperadas, desconhecidas, lembra Michael Harrigan,⁵¹ e D. Garcia não escapou a essa sedução pela diferença.

Em todo o caso, na economia dos *Comentarios*, D. Garcia não podia deixar falar de Goa, transmitindo, ainda assim, informação que dá ainda mais textura a contextos que já conhecemos.

Desde logo, a ilha de Goa torna-se povoada por animais e por flora, os quais adquirem um protagonismo semelhante ao que é concedido por Linschoten no seu *Itinerário*, apesar de a partir do holandês não ser fácil discernir o que é que diz respeito a Goa, exclusivamente, e o que se refere a territórios do Malabar, por exemplo.

No que respeita à fauna, e segundo D. Garcia, existia pouca caça em Goa, encontrando-se, ao invés, animais perigosos, como hienas, lobos e cobras. As hienas mais pequenas atacavam as casas durante a noite – e Frei Cristóvão de Lisboa, arcebispo de Goa nesse período, ter-lhe-ia contado, inclusive, o caso sórdido de uma hiena que tinha desenterrado e comido um corpo de um defunto cuja campa se situava às portas da Sé. Segundo D. Garcia, o tamanho de algumas destas hienas, e o alarido que estas faziam quando se banquetevam de corpos de locais, era de tal ordem, que “a nação algun engañon en algunos portugueses”, os quais pensavam tratar-se de ursos, “siendo cosa çierta que en toda la India y maior parte del Oriente” os não havia, com excepção de algumas zonas frias e altas.⁵² O embaixador parece ficar desapontado pelo facto de não ter encontrado “otros animales venenosos que inçierta y fabulosamente an dicho muchos que ay en la India”, para além de três tipos de cobras venenosas. A propósito das cobras capelo, escreve que em nada se diferenciavam de cobras venenosas que se encontravam em Espanha, a não ser pelo “capelo”, o qual explica recorrendo à imagem dos toucados usados pelas mulheres portuguesas, e dos capelos dos frades. A comparação com Espanha – sempre presente – também se manifesta nas considerações que tece a propósito das víboras, mas já não a propósito das pequenas e delgadas *singapor*, que, segundo os locais, eram as mais perigosas de entre todas e que ele próprio tinha visto perto da sua cadeira, a qual imediatamente fora morta por um dos seus criados.⁵³ É neste contexto descritivo que D. Garcia de Figueroa oferece o relato de um episódio do qual foi protagonista e que nos ocupará algumas reflexões mais adiante, pela dimensão de anedota, curiosidade, exotismo que encerra: o caso do basilisco que apareceria no seu jardim.

⁵¹ Michael Harrigan, *Veiled Encounters: Representing the Orient in 17th Century French Travel Literature* (Amsterdam & New York, 2008).

⁵² *Comentarios*, vol. I, pp. 139-141.

⁵³ *Comentarios*, vol. I, pp. 142-146.

Nas observações sobre a flora, o autor repercute, também, as mesmas matrizes que se vislumbram nas páginas que dedica aos animais. Em relação a estes, procurara animais venenosos, perigosos, e apesar de referir não os ter encontrado, a verdade é que dedica muitas páginas a animais que se podiam incluir nesta categoria. O marcador associado à flora é igualmente familiar: a natureza fora pródiga naqueles territórios, providenciando árvores e frutos paradisíacos – “hermosos palmares y otros muchos arboles cargados de fruta que comunmente la tierra produce” –, frutos esses que foi experimentando e saboreando, como se pode perceber pelo detalhe com que descreve aspectos tão prosaicos quanto o tirar a sua casca. Quanto aos legumes, aí se encontravam “la mayor parte de las legumbres de España”, com a diferença de que se encontravam “verdes en abundancia todo el año”, já o mesmo não se podendo dizer em relação às frutas, por negligência dos portugueses, que as não cultivavam, apesar do clima ser muito propício à sua produção.⁵⁴

Informações igualmente importantes são as que transmite, sobretudo no primeiro capítulo, sobre a “logística” do território: a água, os caminhos, os rios e canais, os diques, as casas e suas tipologias, outros “equipamentos”. Explica com detalhe como é que os rios que circundavam Goa se subdividiam em vários canais que retalhavam o território dando origem a outras pequenas unidades (como as ilhas de Chorão, Dívar, Jua, Santo Estêvão, Espírito Santo), como é que, na estação seca, muitos destes canais deixavam de existir, tornando-se estes espaços terra contínua até “ao continente” (o que, evidentemente, criava problemas de segurança que era preciso atender).⁵⁵ Refere, também, quais as fortalezas que estavam localizadas sobre outras que já tinham sido construídas pelos mouros (caso de Santo Estêvão), e as alterações que estas foram sofrendo ao longo da sua estada. Depois de descrever, com algum detalhe, a fortaleza de Naroa, conclui dizendo que a referida torre “este año de 1616 esta ya hecha en otra forma”.⁵⁶

Podemos acompanhar D. Garcia, passo a passo, no circuito que este faz pela muralha e fortalezas que separavam (e protegiam), a ilha de Goa do “continente” (ou seja, das terras de Bijapur), o mesmo mapa que, vinte anos mais tarde, seria disponibilizado de forma ainda mais sistemática no *Livro das Cidades e Fortalezas* de António Bocarro e Pedro Barreto Resende.⁵⁷ A esse nível, D. Garcia tece comentários críticos à situação desta muralha e fortaleza e ao facto de esta acabar em Agaçaim (já na margem do rio Zuari): “y esto no tanto por ser el gasto grande, pues de muy buena gana

⁵⁴ *Comentarios*, vol. I, pp. 150-156.

⁵⁵ *Comentarios*, vol. I, pp. 130-131.

⁵⁶ *Comentarios*, vol. I, p. 132.

⁵⁷ António Bocarro & Pedro Barreto de Resende, *Livro das Plantas de todas as fortalezas*, ed. Isabel Cid (3 vols., Lisboa, 1992).

contribuye la ciudad para él, como por el descuido y negligencia de los Virreyes y Gouernadores que despues *aca an sucedido*”.⁵⁸

Tanto quanto é crítico em relação à fortificação do território, torna-se possível, também, participar do seu encantamento por alguns lugares, caso da praia de Guadalupe, da qual regista que “por su lindeza y amenidad, merece qualquiera memoria que della se haga”, razão pela qual, também, os habitantes de Goa aí tinham “hermosas quintas y jardines, y en ellas muy buenas y acomodadas casas para pasar los inviernos y tienpos de lluvias”, tornando aquele lugar, no inverno, muito frequentado e até populoso.⁵⁹

Para além destas informações que nos permitem entrever algo da topografia militar de Goa, mas também da vida privada dos seus habitantes – e seu relacionamento com o território –, o olhar que D. Garcia transmite torna visíveis algumas lógicas simbólicas de organização do espaço. Por exemplo, através da sua narrativa a primazia simbólica dos franciscanos na sua relação com o poder vice-reinal torna-se evidente. Entre as primeiras informações que nos disponibiliza no primeiro capítulo está a referência aos territórios de Salcete e Bardez, suas principais fortalezas e conventos a elas associados.⁶⁰ No mesmo capítulo adianta que o princípio da ilha “sale un poco á la mar”,

con un cabo ó promontorio alto, á quien los naturales llaman Talangan, y los portugueses, por una ermita de Nuestra Señora, que agora es conuento de Françiscanos Descalços, Nuestra Señora del Cabo, que á los que vienen en demanda de esta isla y surgidero se descubre desde seis leguas lexos al mar con una deuocta y agradable perspectiua.⁶¹

Mais à frente relembra que junto às ruínas de “Goa, la vieja” se localizava o monte de Nossa Senhora do Pilar (onde ficava o convento franciscano com o mesmo nome). E ao longo da sua narrativa torna-se claro que a “passagem” pelo convento dos Reis Magos – junto à fortaleza de Aguada, onde atracavam as naus de grande porte –, ou Nossa Senhora do Cabo, onde estas atracavam no tempo das monções, para quem chegava a Goa, era um momento ritual. A passagem do mar à terra, e da terra ao mar, do ponto de vista do edificado e da passagem ritual, era franciscana.

É sabido que cada fortaleza tinha associada uma igreja ou convento. No caso dos territórios de Goa, as fortalezas que protegiam a ilha principal, situavam-se em Bardez e Salcete, estando a assistência espiritual a uma delas atribuída aos franciscanos – a de Aguada – e à outra, aos jesuítas – Rachol. Contudo, do ponto de vista geoes-

⁵⁸ *Comentarios*, vol. I, p. 136.

⁵⁹ *Comentarios*, vol. I, pp. 137-138.

⁶⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 127.

⁶¹ *Comentarios*, vol. I, pp. 127-128.

tratégico, Aguada era mais importante (porque virada para o mar) do que Rachol (localizada mais no interior), orientada para Bijapur. O olhar de D. Garcia, porque também ele, enquanto fidalgo do Sul de Espanha, estava provavelmente mais próximo do imaginário franciscano do que inaciano (a capela da sua família situava-se na igreja de S. Francisco de Zafra),⁶² ajuda a tornar esta divisão mais explícita, bem como as funções simbólicas desempenhadas por ambas as ordens religiosas (e dentro dos franciscanos, entre Observantes e Descalços), em permanente rivalidade. Identificando essa rivalidade, D. Garcia reconhece que, do ponto de vista do edifício religioso, “se puede comparar esta ciudad, ansi en grandeza, ornato y sumptuosidad de templos, como en numero de religiosos y demas eclesiasticos, com muchas de las mas celebres ciudades de Europa”.⁶³

O inegável interesse que D. Garcia manifesta pelos “equipamentos urbanos” e pelo “urbanismo” reflecte-se, também, na forma negativa como avalia, no demais, a cidade de Goa. Desde logo, por razões de localização, a qual o diplomata espanhol considera ser um erro, quando comparada com “la ciudad vieja” (a cujas ruínas se referira anteriormente), localizada numa zona que considerava ser mais saudável e mais segura (junto às margens do rio Zuari). Aliás, as suas reflexões sobre o que é que tornava um determinado território salutar ou não, são de reter, remetendo para um conhecimento enciclopédico – corrente na época – sobre as cidades, de que o livro de Giovanni Botero, *Delle cause della grandezza delle città* (1588) era emblemático e que Figueroa certamente conhecia. Ao longo dos capítulos que dedica à cidade de Goa são constantes e visíveis esses seus conhecimentos e preocupações, nomeadamente quando discorre sobre o efeito que a humidade tinha sobre determinados solos, a insalubridade das águas paradas, “por cuya causa fácilmente se corronpe é inficiona el aire”, o qual “despues de corrompido non pueden los vientos Norte y colaterales, hallando en su parte opuesta el monte que se a referido, disipar ni llevar adelante dexando el ambiente linpio y purificado”.⁶⁴ Esta insalubridade explicava que muitos edifícios e bairros fossem abandonados (caso do colégio de São Paulo ou do bairro da Trindade) por causa da quantidade de pestes e epidemias que assolavam a cidade, porque “el sitio de Goa es muy subjecto para engendrarse en el esta mala qualidad de fiebres malignas”. Mas era o mesmo fenómeno climatérico que permitia que numa zona mais exterior, através da colocação de diques que continham a água e de aguadeiros, “como muchas vezes se a hecho en Italia, en los Países Baxos, y otras partes de Europa”, que permitiam que esta saísse na época das chuvas, se desenvolvesse uma lagoa pantanosa que era “la mayor vega y al parecer mas fértil y de mayor cosecha que ninguna otra de quantas ay en la isla”.

⁶² Fernando Marías, “Don Garcia de Silva y Figueroa y la percepción del Oriente: la descripción de la ciudad de Goa”, *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte - Universidad Autónoma de Madrid*, 14 (2002), pp. 137-149 (cf. p. 140).

⁶³ *Comentarios*, vol. I, p. 166.

⁶⁴ *Comentarios*, vol. I, pp. 169, 486-488 e 492.

A par dessa insalubridade, a cidade era, segundo o seu entendimento

toda desordenada, desconpuesta y esparzida, mayormente sus extremidades, con muchos palmares y otros generos de arboles entre los edificios, con las mas de las calles muy torcidas sin ninguna pulicia ni concierto, de manera que fuera de lo poco incluso en sus antiguos muros, lo demas tiene mas propia figura de un populoso y gran casar entre arboles que de ciudad ordenada.

Apesar disso, D. García não se inibe de a percorrer com cuidado, rua a rua, paróquia a paróquia, bairro a bairro, com comentários sobre o tipo de casas que aí havia e de gente que aí habitava. Por exemplo, a paróquia da Santíssima Trindade era a mais distante do centro da cidade, e encontrava-se à época praticamente despovoada, mas com vestígios de casas de grande qualidade, enquanto a Rua Direita (a mesma que fora retratada na gravura de Linschoten), e que terminava na Praça da Fortaleza, era “muy capaz y grande para qualquiera genero de fiestas y exercícios de á pie y á cauallo”.⁶⁵ Entre esta, a Rua dos Banianes e o Pelourinho, onde se situava a Rua dos Chapeleiros, dos Toneleiros e as Três Boticas, situavam-se os barros mais povoados e com melhores casas, enfim, o centro da cidade. Os grandes conventos e colégios situavam-se em torno ao coração comercial (“El coraçon y parte interior della, que como se a dicho es lo contenido en la muralla, tiene los edificios mas iguales, juntos y continuados, que es la que ganó de los moros Alphonso de Albuquerque, famoso capitan”), e a partir daí, uma série de bairros menos povoados ou povoados por gente mais pobre.⁶⁶

Segundo D. Garcia, o interior desses muros continha, no máximo, entre quinhentas e seiscentas casas, sendo que a cidade, no total, teria cerca de cinco mil casas, sendo mil delas habitadas por famílias portuguesas. Ou seja, apenas cerca de 20% da população de Goa, ao tempo do embaixador, e segundo os seus próprios cálculos, seria de origem portuguesa.⁶⁷ A restante era composta por população local, na maior parte “gente pobre”, mas também por colónias de estrangeiros, desde europeus até arménios, e indianos de origem variada, gente que protagonizaria o quarto e último capítulo do segundo livro dos seus *Comentarios*.

Esse capítulo inicia-se com uma reflexão sobre os portugueses, aí se denotando uma aparente imprecisão nos cálculos feitos por D. Garcia, já que diz que os vizinhos portugueses eram, no máximo, oitocentos, quando no capítulo anterior avaliara em mil as casas habitadas por famílias portuguesas,⁶⁸ continuando, porém, com uma

⁶⁵ *Comentarios*, vol. I, p. 173.

⁶⁶ *Comentarios*, vol. I, pp. 164, 168 e 174-175.

⁶⁷ *Comentarios*, vol. I, p. 163.

⁶⁸ *Comentarios*, vol. I, pp. 181 e 163.

síntese sobre a hierarquia entre os grupos sociais que residiam em Goa que é muito sugestiva. Dedicar, por um lado, várias páginas a banianes e brâmanes, sua aparência, suas crenças, comportamentos, suas semelhanças, e a estratificação no interior de cada um destes grupos. Segundo ele, os banianes eram compostos por três categorias: mecânicos, pescadores, marinheiros, o nível mais baixo; seguiam-se os médicos – que podiam aparentar-se com os mais elevados –, os barbeiros e os botânicos; por fim, os mercadores, lavradores e corretores. Já os brâmanes subdividiam-se em notários, contadores, mercadores, rendeiros das contas públicas (os mais baixos); lavradores, a seguir – níveis que correspondiam aos dois níveis mais elevados dos banianes; sendo os brâmanes superiores os sacerdotes e sábios, dedicados aos templos, mas cujas valências intelectuais estariam em declínio devido à queda de Vijayanagara, “a cidade das ciências”,⁶⁹ onde se situavam muitas universidades bramânicas. Já os portugueses e portuguesas dividiam-se em oriundos do reino e mestiços (sendo que os clérigos seriam, na sua maioria, deste grupo). A obsessão pelo sangue português/europeu que existia entre os mestiços (“presumen de mas honrados quanto mas sangre les toca de los europeos”) e a tentativa de estes se não diferenciarem dos portugueses oriundos de Portugal (“el trage de los mestizos, aunque sean los oficiales mas baxos, es el mesmo de que vsan los portugueses, ansi honbres como mugeres”) era, segundo ele, muito evidente.⁷⁰

A par desses dados mais ou menos objectivos, as descrições em cada capítulo são permeadas (ou até mesmo apimentadas) por episódios dos quais o diplomata é, de alguma forma, o protagonista. Curiosamente, esses trechos são, por assim dizer, apolíticos. Apesar de se terem passado coisas importantes durante a primeira estada em Goa – entre as quais, o ter coincidido naquela cidade com Sir Robert Shirley, enviado como embaixador do Shah à corte dos Áustrias, optando por não o encontrar⁷¹ –, D. Garcia prefere referir esses acontecimentos políticos noutros lugares dos *Comentarios*, quando considera oportuno evocá-los. Parece ser claro que na cabeça de D. Garcia, os capítulos do Livro 2 cumpriam outras funções, mais consonantes com o olhar do viajante, do naturalista, do curioso, do interessado em coisas exóticas. Entre as possíveis escolhas, selecionei dois episódios que, pela sua singularidade, nos dão acesso a vários aspectos desse universo de representações e práticas de D. Garcia.

* * * * *

⁶⁹ *Comentarios*, vol. I, p. 189.

⁷⁰ *Comentarios*, vol. I, pp. 182-183.

⁷¹ *Comentarios*, vol. II, p. 568.

Um dos episódios mais curiosos é – como se referiu atrás – aquele que envolveu a caça a um estranho animal que se encontrava no quintal da sua casa, na cidade de Goa, a qual tinha ocorrido pouco depois da sua chegada àqueles territórios.⁷²

Depois de ter ancorado no forte Aguada a 6 de Novembro de 1614, D. Garcia da Silva y Figueroa começou por estar acomodado no convento dominicano de São Tomás, passando depois para as casas onde se iria estabelecer, à beira do rio, relativamente próximas do convento de São Boaventura.⁷³ Não é a recepção que o vice-rei lhe faz, poucos dias depois da sua chegada, aquilo que escolhe registar nos seus comentários relativos a esses dias.⁷⁴ Sobre esta, diz-nos Bocarro que ela fora semelhante às recepções feitas aos embaixadores vindos da Pérsia – caso de Sir Robert Shirley, que se encontrava na capital goesa na mesma altura⁷⁵ – e os que iam para a Pérsia. Mas, pela primeira vez, o encontro far-se-ia na sala real, com cadeira rasa, de veludo, e falando-lhe por mercê.⁷⁶

Quando se muda para as suas novas habitações, apercebe-se de que os seus criados estavam muito alvoraçados. Fora-lhes dito que nos seus jardins havia uma enorme cobra capelo e que aí se viam, para além disso, “sombras e visões”. De acordo com a versão providenciada pelo embaixador, um criado italiano – César – e um português – Simão –, passeava-se pelo seu jardim um animal do tamanho de uma coruja, com uma cabeça pequena, uns olhos muito pintados e claros como os de um mocho, os lábios virados em forma de bico de galo, o corpo com a base preta e pintado de muitas cores, o pescoço virado para cima, duas asas quase abertas, mais ou menos com as de um morcego, os pés como os de um pato, e uma crista colorida e harpada ao redor da cabeça, algo de semelhante – na sua imaginação – a uma destas duas versões do basilisco que circulavam no espaço europeu, uma publicada em 1502, e a outra, em 1642.⁷⁷

⁷² *Comentarios*, vol. I, pp. 146-150.

⁷³ *Comentarios*, vol. II, pp. 485-486.

⁷⁴ Bocarro, *Década 13*, vol. I, cap. LXXXIV – “Da causa da vinda do embaixador castelhano D. Garcia da Silva a este Estado, e do efeito para que viera, e recebimento que lhe fez o visorrei e como elle procurava a sua partida”, pp. 369-374.

⁷⁵ Enviado pelo Shah a Inglaterra como seu procurador, para tratar do negócio da seda, cujos dois criados judeus seriam presos pelo Santo Ofício, estando o inglês, à sua maneira, sob a mira do tribunal.

⁷⁶ Não podia fazer mais do que fazia ao embaixador enviado pelo Shah, para este não o estranhar (Bocarro, *Década 13*, vol. I, cap. LXXXIV, pp. 371-372).

⁷⁷ Para referenciar estas imagens, ver [http://es.wikipedia.org/wiki/Basilisco_\(criatura_mitol%C3%B3gica\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Basilisco_(criatura_mitol%C3%B3gica)) e in *Ulyssis Aldro-vandi... monstrorum historia cum Paralipomensis historiae omnium animalium* (Berna, 1642), respectivamente. Cf. Figura 19 e Figura 20.

A notícia alastraria entre todos os criados, os quais ficariam ainda mais medrosos porque D. Garcia lhes tinha dito, na brincadeira, que aquele se tratava da cobra mais perigosa da Índia.⁷⁸

Desde a Idade Média que o basilisco fazia parte do fabulário europeu, partilhando na literatura sobre animais e monstros um lugar hesitante – entre fábula e realidade –, sendo que nunca fora visto. A par disso, tornara-se uma figura da literatura, e no caso da literatura espanhola, surgiria frequentemente associado à mulher, sendo convocado por autores como Lope de Vega, Cervantes e Quevedo, mas também associado à figura do rei, como fizera Juan Rodriguez de Padrón.⁷⁹ Ou seja, era uma figura familiar ao imaginário de D. Garcia, e a possibilidade de se confrontar com um basilisco verdadeiro deve tê-lo deixado encantado.

Disseram-lhe, entretanto, que de noite se via o basilisco, mas que este fugia logo que sentia as pessoas, não com pressa e por terra, mas com saltos para cima, como as rãs e os sapos. Perante tais novas, D. Garcia resolve fazer uma espera ao animal, sentando-se à porta de sua casa, com um arcabuz. Segundo as suas palavras:

Y para certificarme se isto era ansi ó tenia alguna certeza lo que mis criados me dezian, quise yo mesmo espiar y verlo, y ansi luego que fue de noche me puse á la puerta del jardin sentado en una silla, y com un arcabuz estuue aguardando un bon espacio, mirando com atencion a la parte que me auian dicho á donde mas de ordinario vian aquella sauandija que era al pie de una palma, catorze ó quinze pasos de adonde yo aguardaua.⁸⁰

Numa outra noite fez o mesmo, e depois de passado algum tempo, entregou o arcabuz a um criado piemontês, chamado Giuseppe, a quem ordenou que disparasse assim que visse o animal. Logo a seguir – conta –, ouviu-se o som de um tiro, e grande alvoroço entre os criados. Mas nada de animal. Segundo Giuseppe e um criado português chamado Diogo Lobo, o animal saltava muito, e ninguém se atrevera a tocar-lhe, com medo do veneno que se dizia que tinha. Apesar de não ter visto o animal, D. Garcia observaria que:

Lo que al principio mas me hizo reparar en la relacion que me hizieron de este animalejo, si fue verdad que lo vieron los dos primeros criados, fue que siendo estes gente ignorante y que apenas el uno dellos sabia leer y por esta razon sin alguna noticia de letras, aun de las muy vulgares, lo pintasen de la mesma figura y grandeza que Plinio y

todos los demas de la antigüedad forman y descriuen al basilisco ó régulo, por aquella cresta ó corona semejante á la que se uio en este de mi jardin.”

Acrescentaria ainda que frei Francisco d’Avalos, frade de S. Domingos, e com quem terá privado durante o tempo em que ficou albergado no colégio de São Tomás, lhe dissera que estando ele em Manila tinha visto um animal semelhante, muito embora mais pequeno.⁸¹

Este episódio permite mostrar, por um lado, como a imaginação clássica de D. Garcia estruturava, de facto, parte das suas percepções; por outro, as suas palavras revelam a convicção profunda de que havia uma separação intelectual, cultural, mais ou menos intransponível, entre as elites (representadas por ele e por frei Francisco d’Avalos, neste episódio) e os grupos mais populares, a “gente ignorante” (aqui representados pelos criados), de quem não esperava a partilha da imaginação cultural entretecida por Plínio “y todos los demas de la antigüedad”. D. Garcia não lera, evidentemente, o livro de Carlo Ginzburg que, mais de trezentos anos depois deste episódio ter ocorrido, demonstraria que, afinal, a “gente ignorante” da época moderna podia manipular informação que deveria estar confinada aos que partilhavam a “cultura erudita”. A essa divisão social que estruturaria, também, a divisão do olhar acrescentava-se uma divisão “civilizacional”: à “gente ignorante” que tendia a crer “á este genero y qualquiera otro de supersticion y engaño”, juntava-se, por maioria de razão, a gente da Índia, onde “con mayor encarecimiento que en otra ninguna parte, siendo sus naturales y criados en ella del todo sujetos á estas y otras muchas credulidades y persuasiones vanas”.⁸²

Para além do hipertexto – o universo de valores que organiza a sua percepção e o seu relato – que se pode vislumbrar por detrás da linearidade da narrativa de D. Garcia, ela também nos dá acesso, através da sua dimensão descritiva, a momentos da vida de um fidalgo em Goa, dentro de portas, com os seus criados, no seu jardim. O caso do basilisco tem, mais do que outros, som e cheiro. Anos mais tarde e num outro lugar, D. Garcia mostra uma curiosidade semelhante por um gato alado de que lhe falaria um Francisco Carneiro de Alcáçova (familiar, provavelmente, da linhagem de secretários do rei de Portugal que ostentavam esse apelido), que andara muitos anos foragido na terra firme, e que, durante essas andanças, se tornara num grande arcabuzeiro. Rogar-lhe-ia que lhe arranjasse, vivo ou morto, um desses animais, o que ele faria.

Era de la mesma forma que un huron, ó de aquellos animalejos que se crien en España en las casas grandes y antiguas, llamadas garduñas, mucho mayores que los hurones y comadrejas; porque este que le truxeron al Enbaxador era tan grueso como un gato, y

⁷⁸ *Comentarios*, vol. I, p. 147.

⁷⁹ Sobre a tradição em torno a este animal, ver Juan Perrucho, *El Basilisco* (Madrid, 1990); Julio Velez-Seinz, “De cuervos y basiliscos: alegoria y corte en ‘El triunfo de las damas’ de Juan Rodriguez Padrón”, *Rilce*, 22, 2 (2006), pp. 259-273.

⁸⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 148.

⁸¹ *Comentarios*, vol. I, p. 149.

⁸² *Comentarios*, vol. I, pp. 146-147.

mas largo, mas corto de pies, y las uñas como garduña, pero la cola de la mesma hechura que la de un gato y mucho mas larga, com la qual se ayuda para bolar, ó desde el suelo ó de los mesmos arboles”.⁸³

O dito animal foi transformado em objecto de curiosidade: “despues de linpio y curtido”, para ser levado por D. Garcia e exibido em Espanha. A tal cultura da curiosidade que semelhantemente se expressou pelos falcões de Barnabé Ribeiro, que residia em Bardez, e, sobretudo, pelo gaviãozinho pequenino e muito dócil, que um filho daquele português levava, o qual caçava gralhas. Nesse outro contexto – posterior às suas andanças infrutíferas pela Ásia, e de regresso à Europa –, lançaria já algumas máximas sobre as vantagens da vida rural, popular e tranquila, em contraponto com o cosmopolitanismo que caracterizava a sua e a de muitos outros agentes do império.⁸⁴

La vida del dicho Barnabe Ribero es en la parte que se a dicho, sin entrar casi en la çiu-dad; casado com una muger de la tierra en quien tiene dos hiios de treze y catorze años, desta edad ya grandes arcabuzeros, siendolo tambien ele diestrissimo, y ansi matan quanto ay en el campo [...] Era de de poco más de quarenta años de edad, de bonissima condiçion y conoçido de todos por de inculpables costunbres y vida, la qual podiera y com mucha rrazon ser enbidiada no solo de los que en viages tan largos como los de la India pasan tantos peligros y trabaxos, pero de aquellos que por las grandes dignidades y abundancia de bienes temporales son juzgados por felices y bien-auenturados en el mundo”.⁸⁵

A nostalgia – a melancolia – que perpassa este comentário recorda as observações que o cavaleiro de La Mancha deixou sobre aspectos da vida rural do planalto castelhano, mas também o imaginário da *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, essa permanente tensão entre as solicitações que uma vida imperial (global? cosmopolita?) comportava, e a tranquilidade e estabilidade que a indiferença à mesma, que um certo “provincianismo” podia oferecer.

As múltiplas texturas que o olhar de D. Garcia encerra, manifestam-se, também, na narrativa que faz da sua participação nos lavatórios de Naroa – “notable deuocion que todos los gentiles del Indostan tienen en ella, por cuya causa, sigun al principio se dixo, es tenida y estimada dellos como cosa sancta y sagrada y sumamente religiosa” –, episódio com o qual encerra “la discripçion de la isla y çiudad de Goa”.⁸⁶

Antes de iniciar o relato desse episódio, e como era habitual na escrita da época, D. Garcia oferecera uma síntese sobre vários aspectos da religião local, combinando informações dadas por frei João de São Matias e por Rama, seu médico. Frei João de São Matias residia há duas décadas em Bardez, ocupando-se na conversão dos indianos, e “sabia perfectamente hablar, leer y escriuir su lengua vulgar” e tinha “visto algunos libros como los que ordinariamente ay en Europa de contemplaciones deuotas y pias”. Já Rama “no supo con çerteza y distincion dizer nada, y aunque me prometio de traer algunos libros, no lo cunplio despues, y ansi echó de uer que lo que sabia solo era de tradiçion y en lo que en su lengua vulgar podia auer aprendido, como son todos los demas que en esta çiudad de Goa residen”. Felizmente, a informação transmitida pelo frade franciscano “eran muy conformes á las que por tradiçion sabia y me avia dicho el medico Rama”.⁸⁷

Ou seja, aquilo que oferece nas páginas dos *Comentarios* era uma mescla das representações que os franciscanos partilhavam sobre a religião local – e bramânica, em particular – e o senso comum partilhado pelos brâmanes sobre a mesma, num sistema de prova em que umas (segundo ele livrescas) aferiam a veracidade das outras (o senso comum). Nesse momento mais otimista, livros e realidade, palavras e coisas continuavam a coincidir, validando a crença no universo representacional de que fazia parte, e é nesse contexto que os lavatórios de Naroa surgem como experiência que complementa, enriquece, comprova, o quadro de representações, o mapa mental que D. Garcia dispunha.

Tendo participado neste evento, pela primeira vez, no ano de 1615, a 15 de Agosto, D. Garcia não hesita em voltar a fazê-lo (apesar das proibições canónicas) no ano seguinte, a 4 do mesmo mês, “con mucho gusto y curiosidad mia”.⁸⁸ Os lavatórios ocorriam no contexto das celebrações em torno ao nascimento de Krishna – o *Krishna Janmashtami* –, acontecendo entre os finais de Julho e o início de Setembro, em função do ciclo lunar.

Y era tanto mas la deuocion y suma veneracion en que era tenido este su santuario, quanto no era fabricado por manos de honbres como los demas templos y pagodes de la

⁸³ *Comentarios*, vol. II, p. 496.

⁸⁴ *Comentarios*, vol. II, pp. 490-491 e 494.

⁸⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 492.

⁸⁶ *Comentarios*, vol. I, p. 208.

⁸⁷ *Comentarios*, vol. I, pp. 193-194. A esse propósito, aliás, propõe uma interessante tese sobre a circulação da crença na transmigração das almas, que conhecia através de Pitágoras: segundo ele, “estos antiquissimos philosophos orientales” (os brâmanes) tinham sido os inventores desta crença, a qual passara depois a caldeus e egípcios, e, por essa via, chegara aos gregos, e não os próprios gregos, como podiam crer quem não tinha aprofundado – como ele – estes conhecimentos. Se essa informação era imprecisa, já a representação do vestuário dos brâmanes que fora veiculada por Quinto Cúrcio continuava a ser verdadeira, pois ele próprio constatara que o traje que usavam, era idêntico ao que aí aparecia descrito.

⁸⁸ *Comentarios*, vol. I, pp. 208-214.

India, que son infinitos, riquissimos y sumptuosos, sino por la mente y sola voluntad diuina, y ansi nunca le quisieron añadir nada mas de como naturalmente lo hallaron.⁸⁹

D. Garcia explica que antes da tomada destes territórios por poderes islâmicos, estas cerimónias eram “muy florecientes y frecuentadas de todas las nações indianas orientales”, tendo declinado a partir daí, e ainda mais sob o poder dos portugueses, por imposição do poder episcopal, o que, todavia, não fora suficiente para acabar com as mesmas, juntando-se, segundo as suas contagens, cerca de 15 mil pessoas da primeira vez que aí foi, que não hesita em ordenar segundo as cores: muitos “negros”, alguns “mulatos”, muitos da cor dos “moros de Berberia”, e muito poucos “mas claros”.

Apesar de serem vários os momentos rituais que constituíam o evento, muitos dos quais descreve, aquele que mais prendeu a atenção de D. Garcia foram os lavatórios que tiveram lugar a 500 passos da penha onde estavam as cavernas da devoção (ou seja, já na terra firme, parte do sultanato de Bijapur), e as ofertas de fruta, arroz e betel. É aí que se deixa impressionar por um jogue nú, em cima do monte, com cabelos e barbas hirsutos, “com tan estraño arrebatamiento y suspensión que parescia estar de todo fuera de si”, e se deixa cativar por uma bela mulher, rodeada por outras e por brâmanes, que se queria lançar na água, mas que os demais não deixavam, e que se encontrava a dez passos dele (de certa maneira o contraponto da sati – mulheres que saltavam para a fogueira e morriam queimadas –, segundo ele cada vez mais em declínio, porque não consentido nem por portugueses, nem pelos muçulmanos).⁹⁰ A certo ponto, essa formosa mulher descobriria o rosto lindíssimo, e consciente disso, voltaria a fazê-lo. Ao vê-la, Garcia de Figueroa chama-lhe nova Andrómeda – evocando a filha de Cefeu e de Cassiopeia, presa a um rochedo por Poseidon, que seria libertada por Perseu, com quem casaria, tema imortalizado na literatura por Sófocles e Eurípides, e na pintura por uma série de pintores renascentistas e posteriores. É provável que representações semelhantes às de Vasari e Tiziano circulassem também pelo mundo ibérico, fazendo parte da cultura visual de Garcia de Figueroa, permitindo que este, perante uma cena com contornos semelhantes, pudesse rememorar esse episódio mítico.⁹¹

Tenia propiamente el color en la cara, manos, garganta y cabello que las mugeres españolas, sin el extremo de blancura que las flamencas, inglesas ó tudescas; los cabellos castaños, largos y lustrosos, pareciendo aun blanca en las manos, braços y garganta, y

⁸⁹ *Comentarios*, vol. I, pp. 209-210.

⁹⁰ *Comentarios*, vol. I, p. 201.

⁹¹ Giorgio Vasari, *Perseu e Andrómeda*, 1570-1572, Palazzo Vecchio, Florença; Tiziano, *Perseu e Andrómeda*, 1553-1559, Wallace Collection, Londres. Cf. Figura 21 e Figura 22.

con tan hermosos ojos y disposición, que con esto principalmente lleuó luego tras sí todos los que alli se hallaron.⁹²

De modo a “no dalles mas cuydado y asi turbar su deuoción mandé apartar lexos de alli mi barco” – a tal contenção moral que limitava o desejo sem freio de conhecer que caracterizava, supostamente, a curiosidade –, até porque a indiana fora de tal forma rodeada pelas outras mulheres e brâmanes, que já nada se podia ver. Mas continuando a comentar, com os demais, a beleza daquela mulher, o embaixador procurou saber a sua origem, “calidad y estado”, enviando um marinheiro para disso se informar. “Y aunque depues foran otros negros de la isla á informarse mejor, nunguna rrazon truxeron ni pudo saberse outra cosa”. Perante a ausência de mais informações, D. Garcia deduz que devia vir das partes mais setentrionais, “sujetas a los patanes ó mogores, vezinas al grande monte Imaos” (Himalaias), que dividia a China da Índia.

Este relato é interessante por várias razões.

Em primeiro lugar, e mais uma vez, ele reitera o que tenho vindo a argumentar: as selecções que D. Garcia faz remetem para um quadro referencial que é familiar e que inspira outros autores e outros textos. O que lhe interessa da religião local, e o modo como a aborda é bastante superficial, numa época em que, entre os jesuítas já eram intensos os debates sobre a natureza do hinduísmo (e é de 1616, precisamente, o tratado de Gonçalo Fernandes Trancoso, e as relações de Roberto di Nobili cobrem, também, a mesma cronologia), incendiando o mundo dos missionários do Estado da Índia.⁹³

Depois, o modo como descreve o banho da devota, podia ser facilmente identificado como uma manifestação de desejo colonial. Se em páginas anteriores, D. Garcia manifestara um olhar negativo sobre as mulheres portuguesas estabelecidas na Índia, nestas mostra ser sensível à mulher exótica (para muitos a metáfora oriental por excelência, e um dos lugares onde a dominação imperial se exercia). Em todo o caso, trata-se de um olhar preconceituoso, típico da época, preconceito legitimado, segundo o mesmo, o qual afirma discorrer tanto sobre mulheres, no seu relato, de modo a que se veja “con quanta promptitud y facilidad todas las mugeres admiten y abraçan qualesquiera costumbres liçenciosas y libres”.⁹⁴

⁹² *Comentarios*, vol. I, pp. 216-218.

⁹³ Veja-se, a esse propósito, Ines Županov, *Disputed Mission: Jesuit Experiments and Brahmanical Knowledge in 17th century South India* (Nova Delhi, 1999); e Ines Županov, *Missionary Tropics, Jesuit Frontier in India (16th-17th century)* (Ann Arbor MI, 2005).

⁹⁴ *Comentarios*, vol. I, p. 205.

Por fim, a sua participação nos lavatórios convida a reflectir sobre uma outra questão. A sua Goa é a Goa intolerante, que persegue judeus e cristãos-novos, desviantes e gentios, é a Goa que pune os que participam, como ele, em cerimónias gentílicas. Mas é também a Goa das transgressões – e a quantidade de normativa que procura, precisamente, acabar com estes e outro tipo de ritos é muito abundante, traduzindo essa abundância o facto de as práticas não se ajustarem a esses quadros da intolerância religiosa.

Doenças e guerras: itinerâncias melancólicas

Uma abordagem diferente caracteriza os relatos dos livros sétimo e oitavo, nomeadamente as partes que se referem à sua estada em Goa, entre Abril de 1620 e Dezembro de 1621; e meados de 1622 e inícios de 1624. Aí D. Garcia está pronto para regressar à metrópole. Apesar de se deter em Goa por algum tempo, e apesar de continuar a ser relativamente parco nas palavras, o estilo diarístico destas páginas torna-se mais evidente, ao mesmo tempo que, e em tensão com este, o relato se faz na terceira pessoa. Em síntese, a imagem que o embaixador oferece sobre a vida política de Goa do início da década de 1620 é extremamente sombria: governadores incompetentes, populações incautas, ruína previsível. Depois do périplo na Pérsia, D. Garcia estabelece-se primeiro em Ormuz – onde era capitão D. Luís da Gama, de quem deixa um retrato muito negativo, que estava em vias de ser substituído por D. Francisco de Sousa, que aí chegaria a 6 de Abril de 1620 –, de onde haveria de regressar à Índia. Parte para Goa dois dias após a chegada do novo capitão, acompanhado por uma comitiva de vinte criados e alguns escravos, numa viagem pouco tranquila, já que durante o caminho a barca seria assolada por uma forte tormenta.

Três semanas mais tarde arriba em Goa. Na tarde do dia 25 de Abril de 1620 encontra-se no colégio dos Reis Magos, onde participa nas cerimónias de Domingo de Ramos, passando depois para umas casas em Pangim, aí permanecendo até se mudar para aquelas onde iria ficar até ao fim dessa segunda estada em Goa, na rua do colégio de São Boaventura, “muy cerca de la casa en que auia posado antes de embarcarse á Ormuz”.

É nesse contexto que relata a epidemia que começara a devastar a cidade desde Novembro do ano anterior, da qual padeceriam “dos mil personas sin la gente de la tierra”.⁹⁵ Segundo o diplomata, “era verdadera definición de peste la que se podia dar á este terrible mal”, o qual não se curava com purgas nem com sangrias, tendo morrido, por essa razão, mais portugueses do que locais. Verificaria, ainda, que o mal grassava na cidade e não no espaço rural, quer nas ilhas em torno à cidade de Goa, quer em Salcete e Bardez:

⁹⁵ *Comentarios*, vol. II, p. 487.

Y lo mas que se deue notar sobre esto es que ni en toda la isla, cuyos plamares estan poblados de infinita gente de estos canarins, ni en las muchas quintas y casas que los mismos portugueses tienen por toda ella, no murio en todo este tienpo casi nadie, resoluiendose toda la fuerça del mal en los que habitauan la çiudad.⁹⁶

Em Dezembro de 1620 consegue partir, mas as condições de viagem obrigam-no, depois de chegado a Moçambique, a regressar a Goa. O próprio regresso seria muito complicado, e mesmo às portas da cidade, a caravela, “sin gobierno, com la furia del viento que lo lleuava dió en la punta del vanco en 16 palmos de agua, dando un grande estallido nel timon, que fué el primer que del tocó, haziendose pedaços com notable ruido”. Pouco depois, “llegó un de sus crados y le asió de un brazo diciendole que se salvase antes que la caravela se acabase de perder”.⁹⁷ D. Garcia resguarda-se na manchua do capitão, mas a nave consegue salvar-se, conseguindo ele recuperar, inclusive, “un escritorio en que tenia sus papeles” (entre os quais estariam, provavelmente, os originais dos *Comentarios*).

Regressado a Goa, e estabelecido, agora, numas casas na Rua de São Brás, cerca de Santa Luzia (desta vez no extremo oriental da cidade), não seria visitado nem pelo governador nem pelos ministros de Goa, “pero él disimuló todo esto sin mostrar que lo sentia”.

Este mal-estar acompanharia os últimos três anos em Goa, pontuados por conversas com viajantes, como Pietro della Valle – cuja estada em Goa coincidiu, em cerca de um ano, com a de D. Garcia –, com quem travou conhecimento a 6 de Setembro de 1623, o qual confirmaria que o diplomata sofria grande oposição por ser castelhano, muito embora corresse localmente o rumor de que essa oposição resultava, também, dos anti-corpos provocados pela sua própria personalidade.⁹⁸

Para além desse mal-estar social, durante o período em que aí estaria, D. Garcia iria confrontar-se com situações calamitosas: a primeira seria a explosão na Casa da Pólvora.

Dia 22 de Agosto de 1621, à hora da sesta, D. Garcia acorda sobressaltado com um estrondo enorme, semelhante a um trovão, seguido de um tremor. Convence-se que a casa vai cair, e levanta-se rapidamente para ver o que se passava. A notícia já se espalhara: a Casa da Pólvora estava a arder, a praça do Manduin tinha sido muito afectada, e outros edifícios tinham ficado danificados. A causa teria sido o descuido

⁹⁶ *Comentarios*, vol. II, p. 488.

⁹⁷ *Comentarios*, vol. II, pp. 556-557.

⁹⁸ Pietro della Valle, *The Travels of Pietro della Valle in India*, ed. Edward Grey (2 vols., Nova Delhi, 1991), vol. I, p. 189

de um escravo que se pusera a fumar tabaco junto da pólvora que tinha sido colocada no topo do torreão, ao sol, para secar, deixando cair uma chispa junto da mesma. O resultado tinha sido catastrófico, morrendo o escravo, e outros três que se encontravam junto dele, espalhando-se o incêndio para o resto do edifício, de cima para baixo, destruindo 250 quintais de pólvora que aí estavam armazenados.⁹⁹ Explica D. Garcia que tinha havido uma dose de fortuna no meio de tudo: é que a praça Manduin costumava estar, nos dias de semana, cheia de gente: desde vendedores a compradores, quase todos naturais da terra, gente pobre que tinha aqui o seu principal mercado. Como a explosão ocorrera num Domingo, os que tinham morrido – ainda assim cerca de 500 pessoas – eram comparavelmente menos do que aconteceria a um dia de semana.

Nessa Goa em evidentes dificuldades, como era a Goa da segunda década do século XVII, a perda de 500 pessoas, de 250 quintais de pólvora, e a ruína de uns quantos edifícios, era mais um contributo para o declínio da cidade. Na verdade, esse evento parecia prenunciar os desastres que se seguiriam, o mais relevante dos quais seria a perda da cidade de Ormuz. Em relação a esta, faz questão de deixar um importante conjunto de reflexões, até por estas justificarem, de certa forma, o fracasso da sua embaixada, constituindo-se como o testamento político da mesma:

Y por que es bien que se entienda el principio y causa desta guerra, pues en ella se perdieron la ciudad y fortaleza de Ormuz y la esperanza de poderse jamas cobrar, se haze aqui este breve y confuso epilogo de lo que en este caso sucedió, pidiendolo ansi esta rrelacion y comentarios de la enbaxada com que fue el embaxador á Persia.¹⁰⁰

Sir Robert Shirley era, certamente, um dos responsáveis pela perda de Ormuz. Desde logo, a sua embaixada a Madrid – apoiada por D. Luís da Gama e pelos ministros de Goa – fizera-se “no tanto por eleçion del rey de Persia como particular pretension suya”. Contudo, os pareceres e arbitrios que aí dera tinham sido levados a sério, e “se pusieron en execucion”, tomando parte neles frei Redempto da Cruz, um carmelita descalço que “causo despues, no por malicia, sino por imprudencia suya, la calamitosa eversion de la çiudad de Ormuz y pérdida de aquella fortaleza”.

A estas causas imediatas do desastre juntavam-se outras causas, mais, por assim dizer..., estruturais: cidade aberta, fortaleza fraca, a “mala disposiçion de sus defensores”, sem ânimo nem vontade, mas também sem capitães com prática de guerra, sem engenheiros nem artilheiros que soubessem do seu ofício – tudo coisas de que dera atempadamente conta ao rei, mas também ao capitão da cidade, D. Luís da Gama, o terceiro responsável pelo desastre, e, pouco antes de partir para Goa, a

⁹⁹ *Comentarios*, vol. II, pp. 560 e sgs.

¹⁰⁰ *Comentarios*, vol. II, p. 567.

D. Francisco de Sousa, o capitão que substituiria o Gama. Também em Goa, depois de aí chegar, não deixaria de advertir o governador, apresentando-lhe um plano que, segundo ele, poderia ajudar à resolução do problema – mas, e mais uma vez, este revelara tibieza e obstinação, não querendo aceitar os seus conselhos.¹⁰¹

Por cepticismo, ou por excesso de confiança – caso da crença na inexpugnabilidade da fortaleza de Ormuz –, ninguém levava a sério os seus avisos, e a perda de Ormuz acabara por acontecer! Ao invés, os portugueses tinham provocado o Shah, esquecendo-se do pormenor de que este tinha o apoio de “naçion tan pratica de Europa, como era la Inglesa”, e tinham continuado a fazê-lo, mesmo depois de este ter enviado alguns frades agostinhos a Ormuz, para lembrarem Rui Freire de Andrade que “el guardaua la paz que tenia com Su Magestad, sin turballa de cosa alguna, y que ansi les pedia que de parte dellos se hiziese lo mesmo”.

D. Garcia dedica várias páginas a expôr a crónica da perda de Ormuz – de grande utilidade para aqueles que se dedicam a dilucidar este importante episódio da história do império português –, terminando este capítulo, antes ainda da perda se ter concretizado, com um tom profundamente irónico acerca dos comportamentos dos ministros de Goa face à previsível tragédia: “muy satisfechos y descuydados, persuadiendose de que aun por la calidad del capitan como de los soldados que lleuaua, Ormuz estaua bastantemente socorrido y siguro para qualquiera que el rey de Persia y los ingleses intentasen”.¹⁰² Por essa razão – e estas reflexões respiram Tácito, pelos paralelismos que se podiam traçar com a atitude dos romanos face à sua própria decadência –, demorariam a enviar mais socorro à cidade, e quando, finalmente, o tinham feito, seria demasiado tarde.

Na verdade, em vez de assumir a derrota, e na expectativa que chegaria, entretanto, a armada enviada de Portugal, “pareçio al governador y á su Consejo que seria vna vtilissima y subtil stragema publicar [que] la çiudad y fortaleza de Ormuz se auia rrecobrado”, de modo a animar as gentes da cidade a ganhar reputação junto dos reis vizinhos.

D. Garcia deixa-nos, aqui, um excelente testemunho sobre os mecanismos de propaganda utilizados na época, já que explica que, de modo a tornar credível a notícia, se tinha forjado correspondência, que viria de Ormuz, na qual se dava conta da recuperação da cidade, à qual se acrescentariam cerimónias, na própria cidade, mormente sermões por parte dos jesuítas, e das demais ordens religiosas, nos quais se fazia a apologia de Rui Freire de Andrade e as suas façanhas.¹⁰³

¹⁰¹ *Comentarios*, vol. II, pp. 569 e ss.

¹⁰² *Comentarios*, vol. II, p. 582.

¹⁰³ Note-se que, em 1647, seriam publicados, ainda, uns *Commentarios do grande capitan Ruy Freyre de Andrada*: em que se relatam suas proezas do anno de 1619. em que partio deste

Contestando veementemente, nos parágrafos que dedica a este episódio, a lógica política que estava por detrás de tal “invención”, o embaixador dissera

a muchos que le traian las tales nuevas el mucho daño que podian causar surtiendo contrario efecto del que deseauan los que las auian inuentado, pues las mas vezes no sirue quando se publican, aun cosas prosperas y que realmente ayan sucedido, sino de descuydarse los imprudentes y ppoco recatados.¹⁰⁴

No resto do capítulo, as suas observações sobre os comportamentos dos habitantes de Goa vão no mesmo sentido: tanto os governantes como a restante população vivia “con toda la singularidad y confianza del mundo”, e qualquer pequeno evento – como a notícia de que a armada do vice-rei estava para chegar – servia para reiterar essa confiança. Sendo que, na sua perspectiva, não havia quaisquer razões que justificassem tal atitude, e muito menos os entretenimentos em que passavam o tempo, acabando por ser perniciosos, pois divertiam-se em vez de cuidarem de remediar os problemas, “lo qual a sido sienpre la rruina de qualquiera republica”,¹⁰⁵ conclusão que tinha, mais uma vez, ressonâncias tacitistas.¹⁰⁶

Estava-se nisto quando os ingleses e os holandeses decidiram pôr cerco à cidade de Goa – mais ou menos na mesma altura em que dez naus e um patacho, cheio de galas, de frades e de jesuítas, tinham partido para Cochim, para receber o conde da Vidigueira (o grande inimigo de D. Garcia), que chegava como vice-rei do Estado da Índia.

Segundo o diplomata, a cidade só não fora saqueada, porque os inimigos o não tinham querido fazer. A prevenção fora tão ridícula que “se uia por toda aquella playa de Pangin y Bardes una propia imagen de los saturnales ó bacanales de la antigüedad, sin poder tantas calamidades rreçibidas, ni ponerles mas rrecato, ni desminuilles la simple confianza suya”.¹⁰⁷

Prossegue D. Garcia, por mais algumas páginas, as suas invectivas contra os portugueses que residiam em Goa, a sua ignorância da arte militar, a sua incapacidade

Reyno por geral do mar de Ormuz, & costa da Persia, & Arabia até sua morte / tirados de humas relações, & papeis verdadeyros por industria de Paulo Craesbeeck (Lisboa, 1647).

¹⁰⁴ *Comentarios*, vol. II, p. 587.

¹⁰⁵ D. Garcia devia estar a referir-se às inúmeras festas religiosas que se verificavam, constantemente, em Goa, das quais dá conta Pietro della Valle: festas por ocasião da canonização de Santo Inácio, São Francisco, Santa Teresa, São Filipe de Neri e Santo Isidoro de Madrid, festas pelo início da monção, festas de S. João, festa de Sant’Ana, etc. (*The Travels*, vol. I, pp. 168-192).

¹⁰⁶ *Comentarios*, vol. II, p. 593.

¹⁰⁷ *Comentarios*, vol. II, pp. 594-595.

política, a sua imprudência (manifesta, aliás, na recusa sistemática do conselho que ele não hesitara em oferecer, sempre que necessário), a sua tibieza (claramente, um dos qualificativos preferidos pelo espanhol). E tibio seria o novo vice-rei, “honbre tardo y menos dispierto de lo que el tiempo pedia”, na ocasião em que o fora cumprimentar, quando da sua chegada ao forte dos Reis Magos, e, pior do que isso, parecia estar unicamente interessado nos seus fins particulares, “á que con suma vigilancia atendia aunque fuese com la general ruina de aquel estado”. Mais adiante, os qualificativos seriam ainda mais extremos: o vice-rei era ignorante, insolente, desumano, com baixeza de ânimo, sem temor ao rei; o que não devia esconder, por daí poder resultar a ruína do estado.¹⁰⁸ É verdade que o desinteresse que o vice-rei manifesta por D. Garcia não se verifica, por exemplo, em relação a Pietro della Valle, com quem queria conversar longamente sobre as coisas da Pérsia, a quem entregaria um discurso que tinha escrito sobre as guerras que aí tinham tido lugar¹⁰⁹ – informação que mostra que a tensão com o embaixador era mais pessoal do que política.

A ruína, a desordem, e o desânimo do Estado da Índia eram, ironicamente, paralelos à sua própria ruína. Fatigado das tentativas de partida, acabaria por comprar uns camarotes nada cómodos numa nau que ia partir para Portugal, embarcando, finalmente, no dia 1 de Fevereiro de 1624.

Pelo relato que deixa dos dias de viagem da sua última viagem, fica-se a saber que conhecera Cristoforo Borri, o matemático italiano que era membro da Companhia de Jesus e que, por essa altura, também se encontrava em Goa, como já se referiu, também, Pietro della Valle. Ao contacto com estes homens nada dedica a prosa de D. Garcia, da mesma forma como ignorou, sobranceiramente, Robert Shirley, quando, em 1616, partilhou com ele a mesma cidade. A esse propósito, escreveria António Bocarro:

E assim, posto que todos os fidalgos de Goa visitaram e acompanharam a dom Roberto, nunca elle o quis fazer, com esperar ir à Pérsia; porque não queria favores do rei della, contra o que entendia convinha ao credito e reputação d’aquelle a que servia.¹¹⁰

Também Diogo do Couto – um homem ligado à família dos Gama – não mereceu uma nota sua, nem sequer quando morreu, em Dezembro de 1616, quando o vice-rei aí se encontrava, não lhe podendo ter passada despercebida a sua morte.

* * * * *

¹⁰⁸ *Comentarios*, vol. II, p. 605.

¹⁰⁹ Della Valle, *The Travels*, vol. I, p. 170.

¹¹⁰ Bocarro, *Década 13*, vol. II, p. 515.

Durante a sua primeira estada naquele território – entre Novembro de 1614 e Janeiro de 1617 – D. Garcia aplicou o esquema clássico de organização da informação: o segundo livro é composto por um capítulo dedicado a uma descrição panorâmica do território, um segundo capítulo dedicado à fauna e à flora, um terceiro capítulo sobre a cidade, e, por fim, um capítulo, mais longo, sobre as suas gentes. Nestas páginas, escritas em estilo descritivo, identifica-se aquilo que Marie Louise Pratt denominou de “olhar imperial”, ou seja, a “apresentação da natureza como um conjunto de lugares que o olhar capta, separando a paisagem das pessoas, e obliterando o ‘olhar subjectivo’ que comanda a representação”.¹¹¹

São várias as “assimetrias civilizacionais” que capta; ou, para ser mais precisa, a sua percepção e apreciação da realidade local é feita, na maior parte dos casos, a partir de um patamar de superioridade, reproduzindo a tónica de raiz aquiniana sobre a qual assentava a legitimidade do domínio imperial. Para Figueroa era claro que os europeus eram superiores aos indianos, e é isso mesmo que vai confirmar quando observa os modos de cultivo da terra por parte destes últimos: a agricultura seria muito mais rica “se tuuiera parte de la industria y de los cuidado de los hortelanos y jardineros de la Europa [...]”. Essa assimetria reproduzia-se na relação entre espanhóis e portugueses: “De las frutas de España, la poca ó ninguna industria, ansi de los portugueses como naturales, es causa para que no se dé outra ninguna mas que higos, y de estos poderá auer muchos”, e adiante “lo mesmo se puede dezir de las uvas[...]”. Esta aproximação entre portugueses e “naturales” é de reter, já que era uma associação que começava a enraizar-se na percepção europeia sobre os “colonizadores portugueses” estabelecidos na Índia. Não fica claro, porém, se o diplomata considerava o clima como a principal causa dessa assimetria, já que identifica, também o “defecto de la naturaleza de este clima; el qual siendo caliente y húmido u en toda esta isla hermosos y acomodados valles, pudiera auer en ellos com mediana industria muchas de las buenas frutas de Europa”.¹¹²

Para além dos quadros de “assimetrias civilizacionais” e de género que alimentam a sua imaginação e moldam a sua experiência, estes relatos permitem-nos identificar os imaginários sociais do seu autor, as suas convicções sobre a natureza da “gente ignorante” – de certo modo aquilo que Todorov designou como o problema dos valores¹¹³ –, em contraponto com as características dos grupos ao qual pertencia, leitor de Plínio e de outros nomes da antiguidade, como ele próprio refere.

¹¹¹ Marie-Louise Pratt, “Scratches on the face of the country, or what Mr. Barrow saw in the land of the bushmen”, in Susan L. Robertson (ed.), *Defining Travel: Diverse Visions* (Jackson MS, 2007); Marie-Louise Pratt, *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation* (Londres, 1992).

¹¹² *Comentarios*, vol. I, p. 157.

¹¹³ In Harrigan, “Introduction”, *Veiled Encounters*, pp. 11-45.

A par disso, Garcia de Figueroa revela possuir um outro universo de referências, mais actualizado, e directamente relacionado com a vida política, como se pode entrever da leitura pragmática dos territórios que vai fazendo, interessando-se pelas suas comodidades, possibilidades, e utilidades. O modo como a cidade se estruturava, a sua localização, o estado dos edifícios, é um dos outros temas que, manifestamente, lhe despertam o interesse, até pelas suas directas conexões com a durabilidade do império.

Em todo o caso, e independentemente do formato que os moldam, e das motivações que os inspiraram nas suas diversas partes, pode bem dizer-se que os *Comentarios* de D. Garcia da Silva y Figueroa fazem plenamente parte de um primeiro projecto orientalista, de um *corpus* orientalista católico, ibérico, funcionalmente semelhante ao que Edward Said identificou em *Orientalism*, para a Inglaterra e a França dos séculos XIX e XX. Recentemente, no livro *Veiled Encounters*, Michael Harrigan defendeu que todos estes aspectos contribuíam para a falsificação da representação.¹¹⁴ Em vez de recorrer a um qualificativo tão forte, e que encerra um juízo de valor negativo, prefiro pensar que contribuíam para a frequente disjunção entre percepção/experiência/representação, para esse intransponível abismo que se foi forçando entre as palavras e as coisas.

¹¹⁴ Harrigan, “Introduction”, *Veiled Encounters*.